



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 34

Sessão Ordinária de Junho

3.ª Reunião de 16-07-1999

Aos dezasseis dias do mês de Julho de mil novecentos e noventa e nove, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Pedro Machado Pires da Rosa, Manuel Júlio Braga Alves, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl e Joaquim dos Santos Abreu.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques e Élio Manuel Delgado da Maia, as quais foram aceites e consideradas justificadas.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento do pedido de “suspensão do mandato”, nos termos do artigo 4.º do Regimento, do membro da Assembleia Municipal de Aveiro, António Manuel Santos Salavessa, a partir de 1 de Setembro de 1999, pelo período de 90 dias. Foram ainda apresentadas por escrito, a indisponibilidade dos dois cidadãos que se seguem na lista da CDU, devendo a convocatória ser endereçada ao cidadão Luís Eduardo Abreu Lima Ramos.

De seguida foi solicitado pela bancada do PSD, um período de “antes da ordem do dia”. Colocado à votação da Assembleia, veio o mesmo a ser aprovado por maioria de vinte e três votos a favor e seis abstenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Clara Ribeiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há uns dias fui aos Serviços da Câmara e fiquei descontente ao ver talvez 90% por cento do grupo feminino, funcionárias da Câmara, a trabalhar (pareceu-me) nas piores condições! Estava muito calor na repartição agora envidraçada; não gostei de ver a disposição das respectivas secretárias; notei que por fora, quando se ronda o edifício, a visibilidade para dentro é demasiada, tira a privacidade das pessoas que estão lá dentro. Eu apelava à sensibilidade do Sr. Presidente da Câmara, é homem, mas apelava à sensibilidade para o grupo de mulheres que estão ali a trabalhar sem condições. Não é necessário dizer aqui o que são mulheres, as mulheres são diferentes dos homens, também não é preciso realçar a parte física e a parte psicológica é diferente, e penso que com aquele calor e com a falta de privacidade, aquele não é o melhor ambiente.

Eu penso que o Sr. Presidente tem conhecimento destas coisas e espero que resolva o problema. Eu penso que os vários homens que se sentam à volta da Câmara, a certas horas do dia, incomodam as funcionárias que estão lá dentro a trabalhar. Não preciso de dizer mais nada. Eu falo como mulher e digo que não gostaria de trabalhar naquelas condições.

Também soube que há um descontentamento do pessoal feminino que trabalha lá dentro; não estou a dizer que o Sr. Presidente tenha conhecimento de todos os problemas, mas acho que se estão a gerar conflitos entre o pessoal e isso virá mais tarde a dar absentismo. Penso que em vez de tentar gerir os conflitos, seria bom não os provocar.

Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara, que para tomar um conhecimento do pessoal, seria de bom tom tentar fazer um inquérito anónimo (e é como se faz em muitas repartições), a todas aquelas funcionárias para que elas sabendo que é anónimo, possam dizer ao Sr. Presidente quais os seus problemas. Acho que é muito mais fácil e o Sr. Presidente poderá realmente, sem haver medo de perseguições ou medo das funcionárias, tentar saber ao certo (e eu estou convencida que vai ser sensível a isto) quais são os problemas e equacionar todos os problemas destas mulheres, porque elas têm-nos - eu tenho a certeza absoluta de que elas têm graves problemas, não têm é coragem de os divulgar.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, Srs. Vogais, uso apenas a palavra, não obstante me ter absterido à existência deste período de antes da ordem do dia, mas uma vez que ele foi deferido os considerandos que devia tecer se não enquadram no período da Comunicação do Presidente e, portanto, aproveito o ensejo. E faço-o desde logo porque o Sr. Presidente da Câmara de Aveiro e todos nós, vivemos um drama, que é a cada semana ficar desactualizada a Comunicação que o Sr. Presidente nos traz. O Sr. Presidente faz referência à actividade desenvolvida entre o dia 29 de Abril e a data da primeira reunião desta sessão, e desde essa data até hoje sucedeu um marco de relevância extrema na região de Aveiro, no concelho de Aveiro, no Baixo-Vouga e na envolvente lagunar - foi, obviamente, a presença hoje do Sr. Primeiro-Ministro, da Ministra do Ambiente e do Sr. Secretário de Estado, para a inauguração do sistema multi-municipal do saneamento da Ria, que veio de forma inevitável constituir um marco para a região de Aveiro. De permitir, finalmente, a compatibilização do espaço da Ria com o desenvolvimento desta região.

Eu permitia-me frisar as palavras do Sr. Presidente da Câmara, corroboradas por todos os presidentes da câmara dos diversos Partidos presentes. De facto, a zona da Ria nessa perspectiva também é multicolor, estavam representados todos os partidos à excepção do PCP, mas isso é óbvio. Que nunca se fez tanto em tão pouco tempo, em termos ambientais, neste país e sobretudo nesta região de Aveiro. Saudar também (e o Presidente da Câmara não deixou de o fazer) a Universidade de Aveiro e o Prof. Carlos Borrego, por todo o esforço que desenvolveu

neste particular sector - sem esse trabalho dificilmente se obteriam os resultados que estamos a obter e no curto espaço de tempo em que se fez. Mas sobretudo frisar o relevo que esta visita traduz e manifestar a convicção de que até ao final do ano 2000 o sistema esteja a funcionar em pleno e que definitivamente a Ria se veja apartada dos maus tratos que o desenvolvimento da região de Aveiro lhe tem feito sofrer.

Mas uso da palavra também, para uma questão que é completamente diversa desta. É uma questão de política autárquica e é, posso dizer, uma questão de carácter. Sucedeu ontem na reunião da Câmara Municipal algo que eu reputo de vergonhoso. E, há responsabilidades políticas, e eu aproveito o ensejo de estarem responsáveis políticos, designadamente do maior Partido da oposição, para exigir prestação de contas relativamente a essa matéria. Ontem, em reunião de Câmara, foram apreciados os processos disciplinares aos funcionários que haviam sido participados e relativamente aos quais foram instaurados processos disciplinares. Na sequência desses processos disciplinares foi apurada matéria de responsabilidade disciplinar e inclusive deles consta responsabilidade de natureza criminal. Isto é um facto incontroverso. E, um parêntesis, desde já requeiro Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se digne solicitar à Câmara Municipal, o envio para distribuição a todas as bancadas, de cópia dos processos e dos depoimentos que neles constam. E devo dizer, porque também é verdade, que houve inclusive por parte dos Vereadores do PSD e do PP, com excepção do Vereador Domingos Cerqueira, pressão, para que a Câmara não participasse ao Ministério Público as matérias atinentes à responsabilidade criminal - o que é para além de ilegal, manifestamente imoral.

E se é certo que o PSD não tem responsabilidades governativas directas e que o PP foi arreado dessas responsabilidades, é necessário hoje que se apure se estão coniventes com um estado de coisas que se quis definitivamente erradicar de Aveiro. Porque estamos a falar de coisas que se prendem com a forma de gerir e com a postura de estar na vida. No mínimo não seria jamais sequer de levantar a possibilidade de a Câmara Municipal, (porque é um absurdo, eu fiquei chocado quando soube disto) de haver pressão, para não se participar matéria de natureza criminal aos órgãos competentes. Isto é ilegal. É necessário que isto seja denunciado.

Será seguramente uma matéria que voltará a esta Assembleia, porque uma vez que foram arquivados se tornam já os próprios processos disciplinares públicos e portanto, aquando da recepção dos relatórios nós voltaremos a discuti-los aqui nesta Assembleia. Mas é sobretudo a postura que foi expressa, através de uma votação em que a maioria foi (cinco votos contra quatro) a favor do arquivamento e do não apuramento de responsabilidades. E devo dizer, porque isto é chocante, que só não houve uma deliberação com igual expressão, ou seja, cinco votos contra quatro, do não envio para o Ministério Público de matéria de responsabilidade criminal, porque o Sr. Vereador Domingos Cerqueira desde logo se demarcou dessa posição.

Portanto, manifestar a repulsa por esta atitude de natureza política e, portanto, termino como comecei este tema, solicitando ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que se digne solicitar os processos para consulta por estes membros desta Assembleia. Muito Obrigado.”

Entretanto deram entrada na sala os vogais António Sousa Dinis Correia e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva.

Presidente da Mesa:

“Se o Senhor Deputado Filipe Brandão me permitir, eu vou dar uma pequena nuance a esse requerimento, e faço-o já verbalmente ao Ex.mo Senhor Presidente da Câmara. O favor de me fazer chegar cópia das peças processuais que entender ser de interesse eu próprio conhecer.

De posse desses documentos, apreciarei da eventual confidencialidade e do seu grau e dar-lhe-ei a divulgação - ou nenhuma, ou restrita, ou ampla; que me parecer pertinente.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, permita-me dizer também, não quero falar aqui das condições do pessoal, eu decidi não falar mais sobre isso; está à vista de todos o que se passa com o pessoal! Eu tenho a convicção e a consciência de que o Sr. Presidente e a sua equipa, estão preocupados com isso. Porque se não estiverem, eu tenho que mudar significativamente a minha opinião sobre a forma de estar das pessoas. Aquando da intervenção do Dr. Filipe Brandão, eu devo dizer - considerou um drama o atraso na apresentação da Comunicação do Sr. Presidente da Câmara. E para ele, é um drama a apresentação de um documento que é inócuo, mero formalismo, mas não achou drama, nem fez qualquer comentário de solidariedade às condições em que esse mesmo pessoal se encontra e que já motivou inúmeras baixas e muitas mais vão surgir. Depois quando houver uma situação alarmante o Dr. Filipe Brandão vai-se preocupar com isso...

Quanto às questões ambientais. Bom... eu tenho uma informação, além daquilo que se fez hoje, que não foi mais do que constatar e confirmar o excelente trabalho na área ambiental do anterior governo. Isto é mais uma obra que o anterior governo promoveu e iniciou o desenvolvimento, deu os passos decisivos. Se calhar o governo que vier a seguir é que não vai ter essa projecção feita para desenvolver obra. Portanto, se existe mérito, ele existe de quem executou, mas existe mérito também de quem planificou.

Mas temos uma informação Sr. Presidente, de que afinal o sistema SIMRia não está a funcionar bem - porque os detritos estão a ser despejados na praia de São Jacinto?! É bom que não embandeiremos em arco e que não mantenhamos este ambiente festivo - que já vem de há três anos, porque as coisas não são todas “cor de rosa”. Façam o favor de procurar averiguar o que se passa.

(é verdade Dr. Filipe Brandão e é verdade dito por quem sabe; quando quiser eu levo-o lá.)

Quanto à questão dos processos disciplinares que foram apreciados na reunião de Câmara, que pela parte que me toca fico surpreendido, porque lamento que haja informação privilegiada para os elementos da bancada do PS e na bancada do PSD (que eu saiba) desconhecem esta questão. É lamentável, é uma situação discriminatória inadmissível, e de privilégio para com a bancada do poder, que não traz nada de bom e que só confirma aquilo que vem sendo dito sobre a arrogância do poder instituído. Tenho dito.”

Vogal António Costeira:

“Sr. Presidente, se me dá licença eu gostava de utilizar a palavra para uma informação pontual e ao mesmo tempo para questionar o Sr. Armando Vieira, para que ele esclarecesse aqui na Assembleia Municipal qual é o local ou os locais onde os lixos ou os detritos estão a ser colocados na Praia de S. Jacinto? Uma vez que eu estou lá todos os dias e ainda não verifiquei tal situação. Isto realmente deixa-me um pouco confuso, porque conhecendo bem a situação e estando lá, até ao momento ainda não verifiquei tal facto. Portanto gostaria de ser esclarecido? Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, só quero dizer que com certeza não é a pessoa que me antecedeu que me vai obrigar a dizer mais sobre esta questão. E será dito quando for preciso e com quem for preciso.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Eu gostaria primeiramente de saudar a nova posição do Governo Socialista, que considera agora - quatro anos depois - legítimo, que se inaugurem obras por acabar, em pleno período eleitoral. E que considera agora, quatro anos depois, legítimo, que se aproprie de obras que foram iniciadas e lançadas por outros.

Depois gostaria de admitir que a certeza com que o Sr. Dr. Filipe Brandão, se refere aos factos apurados nos processos levantados a funcionários da Câmara Municipal, não se deve a conhecimento de dossiers que mais ninguém teve acesso, mas deve-se apenas ao seu jeito de falar e à sua necessidade que tem na actividade profissional, de mostrar sempre grande certeza no que afirma. Porque a não ser assim, algo de grave se passa! Não me parece que tenha sido tornada pública, a natureza e o conteúdo dos processos de uma forma tal que permitam com esta certeza, afirmar que esses processos deveriam ser conduzidos para o ministério público, ou deveriam ter levado a determinadas sanções disciplinares.

Portanto, se o que interessa é fazer grande propaganda política acerca da posição no que respeita a justiça, das pessoas do PSD, eu devo esclarecer o Sr. Dr. Filipe Brandão e os membros da Assembleia de que é minha opinião e sempre foi expressa desta forma, e sempre será utilizada quando necessária: que a existência de elementos que justifiquem o recurso a investigações aprofundadas, deve originar essas investigações; não fiquem dúvidas sobre essa matéria. Pura e simplesmente, não me parece que alguém aqui dentro, a não ser (segundo o que posso apreciar), o Sr. Dr. Filipe Brandão e agora o Sr. Dr. Raúl Martins, não me parece que alguém aqui dentro, possa ter tido - e a Câmara Municipal, naturalmente - possa ter tido a acesso aos documentos, que justifique essa posição tão expressa e tão firmemente expressa do Sr. Dr. Filipe Brandão.

Eu agradeceria imenso que em situações similares, e por uma questão de ética política, a Câmara Municipal sempre que entender que há necessidade de discutir, um assunto que se passou na reunião da Câmara anterior - por favor: informe os líderes das diversas bancadas parlamentares, de tal forma que toda a gente aqui dentro se encontre em igualdade de circunstâncias. Só assim é possível lutar-se politicamente e de forma correcta. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Tavares:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Foi aqui levantado pelo Dr. Filipe Brandão, uma situação que tem a gravidade que tem. Do meu ponto de vista, à priori, tem uma gravidade muito grande. Uma outra questão, relativamente aos melhoramentos que vão operar-se na Ria de Aveiro.

Quanto ao primeiro, eu sempre fui pela transparência e pela frontalidade do exercício de funções de quem está na vida pública, designadamente na administração pública - seja ela nacional, seja ela regional ou local. E portanto, gostarei e farei todo o possível também, para acompanhar aqueles que tomaram posição a favor da total clarificação de todo este processo. Mas quero também lembrar, e não me conformo com a falta de resposta da Câmara, que o problema que eu aqui levantei já duas vezes, diz respeito também a uma questão de frontalidade e de transparência no exercício das funções nos Serviços da Câmara Municipal: não me foi dada ainda qualquer resposta da Câmara, e enquanto não me for dada essa resposta eu usarei da palavra sempre, para voltar a levantar este problema - foi o problema relacionado (volto a dizê-lo), com a realização de obras nas piscinas do Beira Mar, por ocasião da realização do Campeonato do Mundo de Kayak-Pólo. Não me conformo, há aqui alguma coisa que não corre bem; a Câmara, na pessoa do Sr. Presidente, foi induzida em erro, e no meu ponto de vista é essencial, para que casos destes se não repitam, que seja averiguada ou averiguados os objectivos que terão determinado essa informação técnica, dada ao Sr. Presidente e que teve resultados absolutamente criticáveis pelo menos.

Quanto ao outro ponto, focado pelo Dr. Filipe Brandão - das obras de despoluição da Ria de Aveiro - e ao anunciar de uma forma tão expressiva (e com o estatuto que lhe é reconhecido), eu quase que me atreveria a dizer - que perante as guerras “intestinas” que no Partido Socialista estão a desenvolver-se, quanto à descoberta de um cabeça de lista para as eleições legislativas, eu quase me atreveria a dizer, que temos aqui por portas travessas o anúncio informal da pessoa, do cabeça de lista, do Partido Socialista por Aveiro.

Depois, muito brevemente, queria aludir a três pontos. O primeiro ponto era este: na intervenção que eu fiz na reunião anterior, na Junta de Freguesia de S.^{ta} Joana, naquilo que diz respeito, às referências que eu fiz ao papel das forças de segurança, eu quero dizer o seguinte: é que alguma comunicação social adulterou completamente o sentido da minha intervenção. E eu não vou dizer nada, apenas gostaria de dizer que não foi nada daquilo que eu disse; nem no espírito, nem nas palavras, que serviram, enfim, a minha intervenção relativamente a esse ponto. Quero em segundo lugar, fazer referência com muito gosto à proposta que recentemente - nestes últimos dias - foi feita pelo Presidente do PPD/PSD, relativamente à proposta de negociação e de celebração de um acordo de regime, com o Partido Socialista, relativamente a reformas estruturais da sociedade portuguesa que continuam por fazer. É evidente que este governo, como qualquer governo num regime aberto, e num regime em que periodicamente a governação é sujeita à apreciação do eleitorado, acuse debilidades e fragilidades que podem não permitir (a não ser de facto com uma capacidade de decisão, enfim, indubitável), a realização dessas reformas. E tive também o gosto suplementar de ver confirmado aquilo que há anos ando a dizer - a reforma fundamental no país, não é a da educação, da saúde, da segurança social, da justiça; a reforma fundamental em Portugal, é a reforma fiscal. É uma reforma que ponha a contribuir para a comunidade cada cidadão, em função do rendimento que efectivamente tem. E o que nós assistimos em matéria fiscal (complicações em todos os outros campos), é uma pouca vergonha pura e simples. E daí por exemplo, os estudantes oporem-se à lei das propinas com alguma razão; porque eles sabem muito bem quem é que paga para a comunidade e quem não paga para a comunidade: a forma e o montante, etc., e na legitimidade com que paga e com que se furta. E a reforma fiscal do meu ponto de vista é fundamental, por duas razões muito simples: primeiro porque é uma reforma que é necessário ter muita coragem para fazer - que vai brigar com interesses poderosíssimos, instaladíssimos, na sociedade portuguesa.

Em segundo lugar, que é uma imposição elementar da justiça social. É a reforma fundamental da sociedade portuguesa. Por falar em justiça social, queria aqui por último só levantar muito brevemente uma questão. Estamos a entrar - ainda não entrámos, infelizmente - mas vamos entrar, todos os indícios são nesse sentido, em plena época de incêndios. Há dias morreram dois bombeiros, ... eu tenho, como todos temos pelos bombeiros e pelas corporações de bombeiros, o mais alto respeito que é possível ter por um ser humano. São pessoas (sobretudo os bombeiros voluntários), são pessoas que sem contrapartida de qualquer espécie arriscam a vida frequentemente, para salvar e para guardar o nosso património. E das coisas mais tristes, porventura com aspectos quase degradantes que nós assistimos, são os peditórios que os bombeiros são obrigados a fazer para manter a possibilidade de continuarem a prestar um Serviço de qualidade e eficaz, à comunidade. Eu propunha: há que encontrar de facto uma solução que conduza e que permita que as corporações de bombeiros sem andarem a mendigar de mão estendida, que tenham possibilidade de sobreviver e de poder corresponder efectivamente e eficazmente às solicitações que lhes são feitas. E eu permitia-me só uma sugestão: porque não consagrar um adicional de dez por cento à conta da água, que nós todos pagamos, e que reverteria imediatamente a favor dos bombeiros do nosso concelho e das corporações dos bombeiros. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Já agora a propósito das obras na Ria, devo dizer o seguinte: quem ouviu o discurso do Primeiro Ministro, ele não se arrogou a iniciativa e a titularidade das obras, pelo contrário, fez referência a que vinham de trás - e eu sou testemunha disso; acompanhei ocasionalmente os estudos no gabinete do então presidente da AMRia, que era Presidente da Câmara da Murtoza - Augusto Leite - e já nessa altura veio dinheiro da Europa e estavam pedidas outras tranches que ainda não tinham vindo, que suponho que terão vindo entretanto.

Quanto a cabeças de lista eu estou muito satisfeito, não tenho acompanhado muito os jornais, mas estou muito satisfeito com a hipótese do Eng.º Angelo Correia vir novamente a albergar Aveiro - a encabeçar a lista do PSD. Lamento é que o faça a título formal e fictício, porque tem incompatibilidades de exercício, porque há uma famosa lei que o inibe de ser deputado! Portanto, será um faz de conta simpático. O que me é agradável, porque sendo eu deputado europeu, também estarei legitimado para - se for caso disso - pertencer à lista de Aveiro. Quanto à reforma fiscal, diz o deputado Nuno Tavares “que é preciso coragem” e eu acrescento: coragem e maioria absoluta.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Vou-me referir essencialmente (até porque da bancada do PS, sugeriram que os responsáveis políticos do PSD se pronunciassem sobre esta matéria), sobre a matéria relacionada com a responsabilidade de natureza criminal, e queria dizer o seguinte: em primeiro lugar, sempre foi meu timbre e sempre tenho expressado esta minha maneira de estar na política, como sendo indispensável a transparência, o assumir de responsabilidades e o imputar de responsabilidades. E tanto assim é que, já em situações anteriores, eu tenho muitas vezes referido essa necessidade. Estou-me a lembrar por exemplo, que quando se discutiu o relatório de contas de mil novecentos e noventa e sete - que já foi apresentado naturalmente por este Executivo - houve determinados pontos, com os quais eu não concordei (que destaquei), como por exemplo o ter-se verificado e deixar-se passar dispêndios de verbas significativas sem cabimento de verbas. O que contraria a lei. E portanto, nestas circunstâncias haveria que assumir responsabilidades, haveria que imputar responsabilidades - o que não sucedeu. Digamos que de alguma forma, verificámos nesta Assembleia um certo branqueamento desta situação, o que não me pareceu razoável. Expressei e votei contra, exactamente invocando, entre outros aspectos, esta situação.

Por isso, coerentemente, como não poderia deixar de ser, quero dizer que não temos dúvidas nenhuma que havendo indícios de algo de natureza criminal, obviamente que o aspecto tem que ser indagado profundamente. Simplesmente, não poderei neste momento pronunciar-me sobre a matéria, porque não recebi os documentos - nem particularmente, nem oficialmente. Como tal, acho que é uma matéria de natureza tão grave, que seria naturalmente irresponsabilidade minha, ir-me pronunciar sobre algo que não recebi, nem li. Por essa razão, evidentemente que não o faço. Contudo, referiu-se aqui que houve de facto posições diferentes e que foram manifestadas pelos Srs. Vereadores. Se sobre o ponto de vista, naturalmente de um estudo profundo e reflectido do processo, eu não prescindo de receber oficialmente todo esse dossier, eu diria: que já que as coisas aqui foram postas publicamente, eu pessoalmente gostaria de ouvir a nível dos vereadores que aqui estão - e lamento que não estejam mais - as razões que levaram as pessoas a votar de formas diferentes. Acho que isto seria importante sob o ponto de vista político e naturalmente faria apenas esta sugestão que gostaria de ouvir. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa:

“Bem isso é complicado, porque os vereadores têm o direito de intervir para sua própria defesa pessoal e funcional. O que se passou nas reuniões da Câmara deve constar em acta, e os Deputados da Assembleia Municipal têm acesso à acta. Se houver matéria susceptível de macular o prestígio de alguém desde que seja divulgada: primeiro, o Presidente da Câmara provavelmente não facultará esses elementos; segundo, consoante as circunstâncias os divulgarei ou não, e se divulgar com a nota de confidencial ou não, fazendo fé de que os destinatários dessas informações tenham o bom senso de manter a confidencialidade se parecer que é de manter. Até porque os assuntos podem-se discutir abstractamente sem referir nomes, nem circunstâncias.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, permite-me só o seguinte: é que a minha preocupação ultrapassa, face à gravidade do que eu acabei de ouvir, o mero formalismo. Eu penso que inclusivamente o Dr. Neto Brandão indagou-me pessoalmente, no aspecto de responsabilidade, nomeadamente política. Sucede que muito possivelmente, tão cedo - muito possivelmente antes de Outubro - não vamos ter mais nenhuma reunião para esclarecer esse ponto. E eu não quero que fiquem nenhuma dúvida sob o ponto de vista político, que se há de alguma forma, alguma ocultação, se há falta de transparência no processo e se alguém o assumiu, nós sob o ponto de vista político não deixaremos ficar isso de forma impune.

Por isso, por não termos tempo para ouvir - até aqui a não sei quando - eu gostaria de saber, e portanto eu sei que sob o ponto de vista formal não estou a discordar de V/Ex.a, eu sei que do ponto de vista formal está certo tudo o que disse, mas eu gostaria de deixar aqui um convite, apenas para que isto fique bem esclarecido.”

Vogal João Maia:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria acrescentar algumas palavras ao que disse o Sr. Deputado Filipe Brandão, sobre a recuperação da Ria de Aveiro. Julgo que o Sr. Deputado, vai com certeza concordar comigo e alargar o seu regozijo a outros. A obra é o corolário de um trabalho longo, de uma associação de vários municípios que não se juntaram agora: a SIMRia apenas executou aquilo que nos dez anos anteriores a AMRia projectou e aprovou.

Se me permite o senhor deputado Armando Vieira relativamente à sua intervenção, eu gostaria de acrescentar que sempre lutei nesta Câmara, na Associação de Municípios da Ria e em várias sessões de esclarecimento contra a situação do executor marítimo e sempre me foram dadas todas as garantias do seu bom funcionamento. Portanto, quero querer que tal não seja verdade; para já não há ainda emissão de efluentes ejectados. Ou será que já há o da Torreira? Então obrigou-se a ETAR de S. Jacinto a ter um tratamento terciário e agora o efluente da Torreira vai para o mar sem tratamento: nem tratamento primário vai ter? Não percebo nada. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal João Pedro Dias:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados. É visível que desde que esta Assembleia começou a funcionar, tenho tentado restringir ao máximo as intervenções e tenho decidido intervir apenas quando - sem desprimor para a generalidade dos assuntos que são abordados - quando creio, que são trazidos à colação assuntos que reputo por algum motivo, de graves, e que devem merecer uma palavra ou sobretudo que não podem conviver com alguns silêncios.

O Sr. Deputado Filipe Brandão trouxe à colação um assunto ocorrido recentemente em reunião de Câmara; considero que o assunto que foi trazido, é daqueles que pela sua gravidade deve merecer uma intervenção e portanto, gostava sobre isso de dizer duas ou três coisas. Em primeiro lugar, dizer que não me sinto especialmente privilegiado ou beneficiado pelo facto de também, assumo, ter algum conhecimento de algumas coisas que vão ocorrendo em reuniões de Câmara, porque não posso esquecer que vivemos num sistema partidário, que há contactos entre membros de órgãos executivos e de órgãos deliberativos; que há algumas mais ou menos fortes solidariedades partidárias e que portanto, é a meu ver perfeitamente normal que pessoas que integram organismos, agrupamentos partidários, que até partilharam determinado tipo de candidaturas, troquem impressões e vão regularmente mantendo-se informadas sobre aquilo que vai acontecendo. Portanto, é evidente que sempre sobre a reserva, como é óbvio e os documentos oficiais ainda não serem do conhecimento público, nomeadamente de as actas de reuniões camarárias ainda não estarem, talvez, completamente aprovadas, mas de facto há

algum conhecimento de algumas situações que vão ocorrendo, e a propósito deste tema, por exemplo, devo dizer que também não me considero nada especialmente privilegiado, por exemplo, por conhecer o teor de alguns depoimentos e de algumas declarações que em processo foram declarados, por pessoas que foram chamadas a testemunhar e que tiveram a gentileza de querer partilhar algumas das declarações que é suposto terem sido feitas.

Portanto, nesse aspecto devo-vos dizer que não considero isso nenhum especial privilegio, aliás penso que pela forma como o sistema está estruturado, se alguém nesta casa se pode queixar disso, será eventualmente o nosso colega António Salavessa, que não tem - pelo menos oficialmente - com quem possa dialogar, em termos de Executivo. De resto creio que isso é uma prática que como digo, não me choca, não me repugna e que de certa forma até acho salutar.

Fechado este parêntesis, sobre a questão concreta que o Sr. Deputado Filipe Brandão trouxe a esta Assembleia; interpelou os dirigentes com responsabilidades políticas e partidárias, nos quais eu neste momento não me considero, mas não me inibo como membro da Assembleia de tecer três ou quatro considerações: em primeiro lugar, todos nós, sobretudo aqueles que pelo menos já transitaram do mandato anterior desta Assembleia, vêm e apercebem-se com facilidade que a bancada do Partido Socialista conheceu e conhece, nesta Assembleia, uma posição que eu diria de uma postura totalmente diferente; eu de certa forma compreendo que o exercício do poder modera as intervenções, por vezes é capaz de fazer engolir desculpem-me a expressão, alguns sapos, mas, nós sabemos como essas coisas são e a intervenção do Sr. Deputado Filipe Brandão de certa forma fez-me lembrar uma certa recaída oposicionista; fiquei um pouco com a sensação que havia ali uma certa recaída oposicionista, por uma razão simples: é evidente que eu creio que todos nós aqui, compartilhamos e todos nós nesta Câmara, subscrevemos todos os princípios éticos da transparência, da regularidade, da legalidade, etc., todos nós prezamos esse tipo de postura e de actuação. Nem sequer me quer passar pela cabeça que a intervenção do Sr. Deputado Filipe Brandão, ia no sentido de criticar o voto de quem eventualmente optou pelo arquivamento, que é um voto tão legítimo como o voto de quem eventualmente queria fazer seguir os processos. Nós sabemos que em Direito Disciplinar, a decisão, é uma decisão sempre política - não no sentido partidário - mas uma decisão política; mas felizmente que acima do Direito Disciplinar há sempre o recurso para as instancias, nomeadamente do Ministério Público e aí devo-vos dizer que também não percebo a preocupação do Sr. Deputado Filipe Brandão. Em primeiro lugar, devo-lhe dizer que, custa-me a crer que alguém tenha pretendido evitar...; eu diria que não terá havido ainda um ensurdecimento colectivo, porque de outra maneira só a essa luz é que isso se percebe. Mas é que há aqui uma outra situação que para mim ainda me choca mais: é que a partir do momento - como muito bem foi dito - que foi proferida uma decisão, nomeadamente uma decisão de arquivamento, eventualmente como outra qualquer, nem por isso as instâncias do Ministério Público são privadas ou estão privadas de conhecer o teor do que foi averiguado e esse conhecimento não tem necessariamente que ser dado pelo Câmara Municipal. A intervenção que o Sr. Deputado Filipe Brandão tem aqui hoje, por exemplo, trazida pela imprensa para a praça pública, pode ser quanto baste para que o Ministério Público queira averiguar o que se passa e oficiosamente por sua iniciativa decida, se deve ou não deve, haver procedimento criminal subsequente.

Aquilo que me preocupou devo dizer, e aí creio que estamos cem por cento de acordo, foi uma certa (à falta de melhor expressão), suspeição, senão mesmo uma afirmação, de que teria havido influências no sentido de escamotear ou no sentido de subtrair à apreciação, neste caso, da instância do Ministério Público, um documento ou a decisão ou a sindicância de um processo, que recebeu da Câmara um determinado destino. Isso é que eu lhe devo dizer, custa-me a crer, e nessa matéria também me junto ao pedido feito, no sentido de que da melhor maneira possível, o assunto fosse esclarecido em sede de Assembleia Municipal e faço este pedido com o à vontade partidário que me será reconhecido, porque como é evidente estamos a falar de actos que

afectaram ou que se repercutem, dizem respeito a um período em que a gestão, era uma gestão do CDS - Partido Popular. Portanto, tão à vontade é a nossa matéria, que não me custa rigorosamente nada, pedir todos os esclarecimentos e mais alguns, do que aqueles que o Sr. Deputado Filipe Brandão solicitou ou entendeu solicitar. Mas também não poderia calar é que pelo respeito que me merece a Câmara Municipal no seu todo e todos os senhores vereadores, eu não podia calar de certa forma uma sentimento de estupefacção, no mínimo, quando se pretende induzir a existência de tentativas, eu diria - quase que de branqueamento ou de encaputamento, de algumas situações. Isso é que de facto considero perfeitamente intolerável, e o respeito que a Câmara me merece, que todos os senhores vereadores me merecem - Sr. Deputado Filipe Brandão, eu não teria essas certezas porque apesar de tudo a Câmara e todos os senhores vereadores, merecem o benefício da dúvida, que obviamente deixarão de merecer quando for feita prova contrária.”

Presidente da Mesa:

“O Dr. João Pedro Dias tem mais galões jurídicos do que eu, no obstante permito-me aditar algo ao que já foi dito neste sentido. A responsabilidade disciplinar é tendencialmente mais exigente do que a responsabilidade criminal, isto é, pode não haver responsabilidade criminal e haver responsabilidade disciplinar, o que significa que num processo onde se divisa responsabilidade criminal a par da responsabilidade disciplinar, em princípio me surpreenda que haja uma decisão no sentido de arquivamento da responsabilidade disciplinar, sem haver também uma decisão no sentido de arquivamento da responsabilidade criminal. Porque pode é haver decisão de arquivamento em relação a determinados aspectos de comportamento que se intenda não implicar a responsabilidade disciplinar e suspensão de decisão e da apreciação do processo, quanto aos indícios de responsabilidade criminal que deverão ser apurados por quem de direito, regressando a decisão sobre a parte disciplinar nessa matéria depois de conhecida a decisão penal sobre os tais indícios que então deverão ser comunicados. A questão é que isto implica para mim alguma confusão, mas fico à espera de melhores elementos se houver de nos serem fornecidos a critério da Câmara Municipal.”

Vogal João Pedro Dias:

“Sr. Presidente. Seguramente que os galões aqui não contam, e que a prática forense de V/Ex.a supera de longe quaisquer galões formais que qualquer membro desta Assembleia possa ter. Mas para além desta troca de galhardetes, porque não é disso que está em causa, a questão é só uma: do meu ponto de vista é que a investigação e o apuramento da verdade em termos criminais ou penais, é por definição, e deve ser muito mais exigente e ter um outro tipo de exigência, do que propriamente o apuramento da verdade em sede de direito disciplinar. Sobretudo porque, e esta matéria é claríssima, é evidente, a decisão disciplinar culmina sempre com uma votação que não pode deixar de ser política. Enquanto que a investigação criminal culmina com uma decisão que deve ser meramente legal. Portanto, eu a distinção que faço é só essa, quer dizer, é que o procedimento disciplinar termina sempre numa decisão que é votada por um colectivo e portanto tem sempre uma carga política. Logo está sujeita a um outro tipo de influências que a decisão em matéria penal não está, porque é suposto guindar-se apenas pelo princípio da legalidade. Foi só neste sentido que eu tinha feito a minha intervenção.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Henrique Manuel Morais Diz

Vogal António Salavessa:

“Quería deixar apenas alguns apontamentos em síntese, dois deles reportam-se ao período de antes da ordem do dia da sessão realizada em S.^{ta} Joana. Quería, já que não tive oportunidade

de o fazer na altura, deixar clara a minha opinião de que considereei desajustada a intervenção feita por um cidadão, embora lhe reconheça o direito da a fazer em termos genéricos, o cidadão Rui Barros, no que diz respeito às questões que considero que são interesse de uma empresa particular e não do interesse geral do município, pondo em causa considerações antes tomadas na Assembleia que não visam de modo algum limitar a actividade da empresa, mas somente o que visavam simplesmente era transmitir uma opinião acerca do local de atracação de determinados barcos que são conhecidos, que tanto pode ser ali como pode ser duzentos metros mais abaixo, ou duzentos metros mais a jusante, em que não tem o mesmo impacto ambiental, em relação àquilo que é característico de Aveiro e da Ria, que é ex-libris da nossa Cidade.

Também nessa sessão queria evocar a atribuição da comenda da Ordem da Liberdade a um dos cinco marinheiros revoltosos do Dão e Tarrafalistas vivos, o único que nasceu e vive na Cidade de Aveiro - o Rogério Neves Amado - foi algo que aconteceu antes do dez de Junho e cuja entrega não foi feita nas cerimónias do dez de Junho, mas acho que é importante que esta Assembleia registe essa Ordem da Liberdade atribuída a um Aveirense pela participação na Revolta dos Marinheiros e pelos anos que passou no Tarrafal. Estes eram dois apontamentos que não pude dar na altura, ficam aqui dados.

Em relação a hoje, a questão das instalações municipais, acho que pode ser interpretada como um início da aplicação a esse nível, do programa para uma nova Câmara que Alberto Souto em tempos apresentou. Em que escreveu que “Aveiro precisa de uma Câmara organizada e eficiente, com novas instalações, novas regras, total transparência”. Portanto, estamos de facto perante uma total transparência, mas que ainda não se aplica à generalidade das instalações, mas apenas a um determinado sector. É pena que essa transparência não seja entendida no seu verdadeiro sentido, e já tive oportunidade de dizer - devia haver mais reuniões publicas da Câmara Municipal e não tantas reuniões de trabalho à porta fechada.

Sente-se aqui o período pré-eleitoral, é um período desagradável para a Assembleia Municipal, embora agradável no confronto de ideias; é minha opinião, digo-vos isto com sinceridade - é desagradável para a Assembleia Municipal porque passa-se aqui algum tempo a esgrimir assuntos que só muito tendencialmente terão alguma coisa a ver com aquilo que aqui nos reúne ou com aquilo que aqui nos trás. Mas pelo menos serve para nós podermos concluir no que diz respeito aos dois maiores partidos: ao PSD e ao PS. De facto trata-se de umas trocas de flores, trata-se de discutir inaugurações, trata-se de jogar sobre questões que são meramente acessórias, que apenas ajudam a clarificar a ideia de que mesmo sem pacto regime, que há um pacto regime objectivo, entre o PSD e o PS, que não há diferenças de fundo e que não é por aí que virá qualquer alteração significativa à situação política. A questão das inaugurações é desse ponto de vista paradigmático; o início do funcionamento do sistema da SIMRia, é para quem conhece bem a situação, um acto ridículo; é um acto de mera propaganda política, quer pela dimensão da obra que está realizada, que é ainda uma ínfima parte, quando ainda não estão garantidos os financiamentos comunitários para a sua continuação - estão pedidos, não estão garantidos. Ainda hoje tive oportunidade de falar com uma pessoa, bem informada a esse respeito que me disse que está tudo apresentado mas que a concretização está ainda por acontecer. E fazer a festa da ligação ao mar de um sistema, quando sabemos que em concelhos como a Murtosa, uma ínfima parte dos domicílios ou das empresas, não estão ligadas à rede de saneamento, já não falo do concelho de Aveiro, falo de outros concelhos da região. Portanto, pode estar o sistema todo feito, mas as águas chilras continuarão a ir para a Ria; as vacarias continuarão a poluir. Há ainda muito que fazer, seja por este governo, seja por qualquer governo que venha a seguir. Portanto, não iludam os portugueses com actos de puro “show off”, para tentar obter resultados eleitorais porque não é esse certamente o caminho que os portugueses esperam.”

Entretanto saíram da sala os vogais Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Presidente da Mesa:

“Eu também me congratulo com o agraciamento com a Ordem da Liberdade do resistente que referiu. E já agora devo dizer - não o disse mais oportunamente - mas há em Aveiro várias memórias e várias pessoas que no dez de Junho podiam ter sido agraciadas e não foram: Mário Sacramento, João Sarabando, Costa e Melo, António Neto Brandão, sem desprimor para outros que não me ocorrem. Suponho que não terá sido sequer esquecimento, mas é uma perspectiva colectiva que até aos aveirenses nos será lisonjeira e agradável a ideia de que funcionamos todos mais ou menos sintonizados na defesa de determinados valores e que a homenagem à Cidade, como a expressão não é minha - Pátria da Liberdade - envolve todas estas pessoas e outras, porque a escolha de alguns é sempre injusta em relação aos esquecidos.”

PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA.

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, talvez seja oportuno prestar aqui alguns esclarecimentos, já que fui interpelado aqui várias vezes. Desde logo em relação às condições dos nossos funcionários naquele rés-do-chão da Câmara; já foi explicado na outra Assembleia que a situação é transitória e que tomámos logo as medidas necessárias assim que detectámos as deficiências, para que elas sejam colmatadas, designadamente estão encomendadas as cortinas ultravioleta que vão cortar a temperatura do sol, e estão encomendados aparelhos de ar condicionado - chegou hoje o primeiro, e portanto, quanto à temperatura das salas de trabalho e em especial o rés-do-chão, penso que o problema estará resolvido a breve trecho. Quanto aos mirones devo dizer que ouvi isso pela primeira vez pela voz da Clara, nenhuma funcionaria me fez saber até hoje, directa ou indirectamente, qualquer queixa, qualquer observação desse tipo, nem nenhum dos vereadores que se saiba. Não sei se isso foi uma cena que presenciei por casualidade, quando por lá passou, mas vou tentar saber se corresponde.

De resto estamos a fazer um grande esforço para que as obras, as pequenas coisas que têm que ser corrigidas sejam corrigidas: as casas de banho já foram corrigidas, o bar ficará instalado no quinto andar e esperamos fazer essas obras em Agosto. Julgo que a partir daí ficará normalizado e que a perturbação normal de funcionários que estavam habituados a trabalhar em condições também muito deficientes, muito mais deficientes do que é agora, vão também ser ultrapassadas.

Sobre a questão dos processos disciplinares, eu vou tentar dizer aquilo que me parece que devo dizer neste contexto, e uma vez que vão ser pedidos os processos, depois cada um tirará as ilações que quiser e poderá verificar todos os factos. Mas o que se passou, se bem se recordam, a Câmara desencadeou uma sindicância acerca de um ano, e desencadeou-a, e eu friso bem isto, não por qualquer vontade de perseguir ninguém, não por qualquer atitude de dar sequência a boatos, mas porque me chegaram à mão documentos que eram de facto comprometedores para os próprios autores, e que se eu não desse sequência investigatória a esses documentos, naturalmente me estaria a comprometer e a toda a Câmara. E portanto, foi neste contexto que a sindicância foi desencadeada; levou os seus meses porque foram arroladas dezenas e dezenas de testemunhas e alguns responsáveis políticos da época (vereadores e presidentes da câmara), os advogados têm naturalmente as suas estratégias, foi concluída, foram na sequência da sindicância, instaurados processos disciplinares a seis funcionários, esses processos disciplinares eu diria exaustivos e muito bem feitos. Provou-se uma série de pequenas infracções, umas mais pequenas que outras, outras infracções relevantes, foi de facto provado matéria disciplinarmente relevante e com base nessa prova as penas que foram propostas, pela

instrutora, neste caso, foram penas que tiveram em conta o facto de, suponhamos, setenta por cento da matéria provada susceptível de tipificar uma infracção disciplinar estava prescrita. E estava prescrita, porque os responsáveis políticos ou os superiores hierárquicos com responsabilidades na matéria, foram ao processo dizer que ou tinham conhecimento, ou tinham autorizado. E portanto, como tinha decorrido já algum tempo, setenta por cento dessa matéria provada ficou prescrita. Outra não estava ainda prescrita, e em relação a essa foram consideradas todas as circunstâncias atenuantes e também algumas agravantes e com base em tudo isso, a instrutora propôs de facto um conjunto de penas para três funcionários, propôs o arquivamento para outros três, cujo papel foi considerado de facto um papel acessório, secundário e sem relevância. As três penas propostas para os três funcionários foram de facto à reunião de Câmara como tinham que ir, a Câmara tem competência para decidir sobre o poder disciplinar e só pode divergir da pena dos instrutores fundamentando devidamente; isto por um lado. A única proposta que apareceu diferente da pena da instrutora e que tinha que ser fundamentada, foi de facto uma proposta - e eu julgo que estou a ser rigoroso e estão aqui os meus colegas - com fundamento em razões políticas, que propunha o arquivamento dos autos para todos os funcionários envolvidos. Por outro lado, e a questão foi aqui também levantada e bem, a instrutora deu notícia e sugeriu à Câmara que existindo presumivelmente, e ela foi prudente, como se sabe - até prova em contrário as pessoas devem ser consideradas inocentes - existindo presumivelmente factos indiciadores da prática de alguns crimes, deveria ser dado conhecimento ao Ministério Público. Uma vez que na vereação nem todos temos formação jurídica, a bem dizer só eu é que tenho, foi pedido um parecer que foi facultado a todos os vereadores para que todos ficassem conhecedores de toda a matéria que tinha sido apurada. E como aqui também foi lembrado, o facto de se ter decidido por maioria - cinco votos contra quatro - o arquivamento dos autos não preclude a possibilidade depois de o Ministério Público vir a continuar o processo se chegar à conclusão que há matéria criminal para tanto. E o que se passou foi basicamente isto, depois efectivamente como houve o parecer que eu tinha pedido que apontava no sentido da obrigatoriedade da Câmara comunicar ao Ministério Público sob pena de estar ela própria a cometer uma infracção e tendo surgido dúvidas se aquele parecer seria o único parecer possível, alguém na vereação sugeriu que se pedisse um outro parecer para ficarmos mais confortáveis. Portanto foi isto que se passou, eu não queria estar a entrar nos factos, como calculam é delicado, envolve nomes de pessoas. A Câmara neste momento está confrontada com um arquivamento de todos os processos e por outro lado vamos esperar esse segundo parecer para saber se devemos ou não comunicar ao Ministério Público. Foi nesse contexto que o Vereador Domingos Cerqueira e eu próprio dissemos - a lei não se vota; se a lei obriga a que se comunique, nem sequer haverá uma deliberação da Câmara sobre esta matéria, não pode haver. Mas a verdade é que as pessoas nem todas têm formação jurídica e portanto concedeu-se que seria possível obter mais um parecer para que todas as pessoas percebessem que quando a Câmara vai comunicar estes processos o faz no cumprimento da lei e não pode haver sequer deliberação sobre isso. E sobre isto, é o que tenho a dizer.”

Presidente da Mesa:

“Já agora, eu não percebi aí um aspecto. Esses indícios de eventual responsabilidade criminal, presumo que versavam sobre os actos que tinham já cobertura de prescrição? É que se não era apenas sobre esses, como é que se apreciou a responsabilidade disciplinar antes de apreciação da responsabilidade criminal - quanto aos não prescritos.”

Presidente da Câmara:

“Não! Porque estávamos em sede de processo disciplinar, não podia ser averiguada a responsabilidade criminal.”

Vereador Cruz Tavares:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados. Eu queria apenas rectificar e em parte repudiar a intervenção do Sr. Deputado Neto Brandão. No fundo, dou-me por satisfeito com o relato da reunião de Câmara feito pelo Sr. Presidente; corresponde exactamente aquilo que se passa. Agora o que me incomoda, são as afirmações do Sr. Deputado Neto Brandão, quando classifica de “vergonhosa e pouco séria” a votação dos deputados da oposição. Pelos deputados do CDS/PP não posso falar, pelos deputados do PSD falo porque os outros não estão presentes. Devo dizer que não sentimos a mínima vergonha, continuamos a votar seriamente, e é sintomático que as primeiras votações perdidas pelo PS na Câmara Municipal, suscitem este tipo de reacção da bancada do PS!?. De facto, nós votámos em consciência aquilo que foi apresentado à Câmara para votação e não houve a mínima tentativa de obstruir ou impedir ou sugerir que a matéria que tivesse conteúdo eventualmente penal não fosse remetido ao Ministério Público. Houve uma troca de impressões - de facto disse-se: se a lei obriga a remeter ao Ministério, que se remeta, nem sequer vamos votar isso. Portanto, a tentativa de obstrução, por favor, Dr. Neto Brandão - não houve. Agora relativamente a pressões, devo-lhe dizer que em democracia nós todos fazemos pressão sobre todos. Nós continuaremos a votar com toda a tranquilidade, sem vergonha, com toda a seriedade, mesmo que o Sr. Deputado continue a fazer intervenções do tipo das que fez.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Então depois do que nós acabamos de ouvir, depois de afirmações que foram feitas sob o ponto de vista da falta de responsabilidade política que existia, depois da explicação que foi dada, depois de eu ter solicitado efectivamente um esclarecimento deste ponto, que eu acho que foi dada, depois de se ter dito que afinal não foi votada, não foi negada a participação, depois de tudo isto que se disse, depois da explicação de que houve a necessidade de pedir mais uma informação jurídica para fundamentar uma decisão final, nós não podemos concluir da grave irresponsabilidade política, que se verificou aqui hoje, quando o Sr. Dr. Filipe Neto Brandão veio fazer estas afirmações, fazendo suspeições sobre todos nós...”

Presidente da Mesa:

“Poderá concluir isso, se fosse oportuno, numa intervenção adequada, não em termos de interpelação à Mesa. De qualquer maneira o que tinha a dizer está dito. Se o Sr. Presidente da Câmara achar que quer fazer o complemento do seu relatório escrito, dou-lhe a palavra, senão interrompemos os trabalhos.”

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, eu até simplificaria. Como já foi distribuída a comunicação e penso que todas as pessoas a leram, poderíamos já passar às intervenções dos membros da Assembleia sobre o relatório.”

Presidente da Mesa:

“Sim senhor. Quem se quiser inscrever, faz favor.”

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Queria começar por enaltecer o trabalho da Câmara não só pela entrada em funcionamento do Sistema de telegestão da água, projecto importante e complexo que demorou seis, sete anos a implementar, mas também pela abertura do concurso para a construção de três comportas no canal de S. Roque.

Também me agradou constatar, que a Câmara já levou a cabo a construção de duas paliçadas na linha de água da Forca Vouga, que para além das vantagens já apontadas por mim nesta bancada, irá com certeza propiciar água para rega dos relvados da zona.

Mas, Sr. Presidente, o que mais louvo da rica actividade desta Câmara neste período, foi o encontro "Aveiro Cidade Arte Nova". Permita-me Sr. Presidente, retirar do "Litoral" - de doze de Outubro de sessenta e oito, algumas palavras sobre o grande arquitecto desta obra, que tanto, mas só agora, se aprecia nesta cidade e que tão esquecido tem andado: "Silva Rocha, foi, na nossa lindíssima cidade dos canais, um distinto arquitecto, paternal director da Escola Industrial e Comercial e ali respeitado pedagogo; integro director de um banco e pintor de rara e apurada sensibilidade. Quando morreu, com noventa e tal anos, deixou na superior e elevada massa de intelectuais e eruditos aveirenses, nos seus inúmeros alunos e no povo uma saudade que dificilmente o tempo apagará."

Sr. Presidente, faço parte do corpo docente da Escola Secundária N.º 1 de Aveiro desde 1968, quase ininterruptamente, e a Escola ainda não tem patrono.

Em 1978, foi o nome do Dr. Mário Sacramento apontado para seu patrono. Entre meia dúzia de candidatos, recolheu quarenta e seis dos votos dum conjunto de cento e onze professores e sem ter sido auscultada a restante comunidade escolar, bem como os seus antigos alunos.

Por razões várias, vinte anos depois, a Escola continua sem patrono! Não sei se por fanatismo de uns ou teimosia de outros, continua a Escola sem patrono. E se há vinte anos só se perfilava o nome do Dr. Mário Sacramento, com o encontro "Aveiro Cidade Arte Nova" surgiu ao seu nível o nome doutro gigante aveirense, não como antifascista, mas como pedagogo e impulsor da arquitectura "Arte Nova". Andava esquecido e a si se deve Sr. Presidente da Câmara tirá-lo da poeira do tempo. Admirável no entanto, como se fala dele, com respeito e veneração por gentes da beira-mar (a de idade mais avançada que o conheceu). A Escola de Desenho Industrial em Aveiro nasce com Silva Rocha. Andava esquecido, é certo, este docente que durante quarenta anos leccionou nesta Escola e que legou todo o espólio à que hoje ainda se chama Escola Secundária N.º 1 de Aveiro.

Sr. Presidente, senhores Vereadores, a Câmara já deliberou, face ao parecer da sua comissão consultiva emitido em dezanove de Abril de mil novecentos e noventa e um, propôr o nome de Francisco Augusto da Silva Rocha como seu patrono. Julgo que esta Câmara, coerente com os princípios democráticos do após vinte cinco de Abril, irá manter e apoiar aquela deliberação junto do Governo e fazer com que o seu nome seja homologado como patrono. O Dr. Mário Sacramento não querará mais polémica e não se revoltará por tal facto, pois saberá reconhecer em Francisco da Silva Rocha um aveirense da sua estirpe, que só teve a vantagem de ter sido professor daquela Escola durante toda a sua vida. Silva Rocha, é património histórico e cultural não só da Escola, mas da própria cidade; há que homenageá-lo devidamente. Muito obrigado, Sr. Presidente."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para jantar.

2.ª PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins,

José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, António Ildebrando Nunes Costeira, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, António Sousa Dinis Correia, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à ordem de trabalhos prevista para esta Sessão.

Presidente da Câmara:

“Na sequência da intervenção do Sr. Eng.º Maia, a propósito do nome de Silva Rocha e da eventual atribuição do nome de Silva Rocha à Escola. É uma questão importante e eu gostava também de comunicar a esta câmara que ontem perdemos uma segunda votação na Câmara; além da dos processos disciplinares, perdemos uma segunda votação. E essa segunda votação foi a propósito da escolha do nome da Escola. Eu tinha recebido uma carta do Conselho Directivo da Escola Secundária N.º 1, na sequência de um ofício do Ministério da Direcção Geral respectiva em que chamava à atenção que a Escola continuava sem designação oficial e que deviam diligenciar para que no próximo ano lectivo isso acontecesse. Pediram-nos o parecer, como é de lei, a Câmara tem que dar um parecer, e em que propõe de novo, como vem propondo há vinte anos - desde mil novecentos e setenta e oito, o nome de Mário Sacramento. A proposta foi à votação e foi chumbada por cinco votos contra quatro. E eu devo dizer que já tínhamos tido uma vez uma discussão na Câmara sobre esta matéria, achámos por bem todos na altura adiar a questão - até para permitir a alguns de nós conhecer melhor as obras do Dr. Mário Sacramento e quando agora surgiu este pedido da Escola, eu achei que devia agendar porque de facto é um caso único no país - uma escola que está sem nome há vinte anos, por uma questão vincadamente política. Ao mesmo tempo eu tomei a iniciativa de propor o nome de Silva Rocha para o novo Centro de Arte Nova de Aveiro, porque de facto à que gerir sensibilidades nesta questão, sem dúvida, e enquanto para a escola nós tínhamos uma proposta do Conselho Directivo e há sem dúvida três ou quatro outros nomes possíveis, para o Centro de Arte Nova de Aveiro não há mais nenhum nome possível, só há um nome para o Centro de Arte Nova - é Silva Rocha. E na história de Aveiro, daqui a uns anos o Silva Rocha vai ser lembrado, não é por ter sido professor na Escola Comercial e Industrial de Aveiro, é por ter deixado um excelente património de Arte Nova. Com base neste raciocínio, por um lado, e pensando portanto, que o nome é o único adequado e vai ser um centro de grande importância e, portanto, que a memória de Silva Rocha iria ser perpetuada onde devia ser, e onde ela será mais visível. Por outro lado, com base no facto de que o nome do Dr. Mário Sacramento devia ser valorizado pelo que ele deixa de obra escrita e não, naturalmente, pelas suas convicções políticas ou pela experiência pessoal que alguns certamente conheceram - não foi o meu caso - pensei que tínhamos reunidas as condições de distanciamento histórico, suficiente e de distanciamento pessoal, para conseguirmos reter o valor e a obra de um homem que no panorama cultural aveirense deve ser caso raro, e pela positiva naturalmente. Enfim, conversámos muito, foram

frisadas sobretudo - não vale a pena escondê-lo, argumentos, objecções de caris político associadas ao facto de ele ter pertencido ao Partido Comunista, e do Partido Comunista numa fase do processo político em Portugal ter tido atitudes e comportamentos que segundo as pessoas que se opunham eram de molde a que aquela escola não pudesse ter o nome do Dr. Mário Sacramento. Ainda lembrei que o Dr. Mário Sacramento tinha falecido antes do 25 de Abril, justamente num período em que esses comportamentos imputáveis ao Partido Comunista lhe foram completamente alheios e que toda a obra do Dr. Mário Sacramento demonstra que ele é um humanista, uma pessoa dialogante, tolerante, aberto às ideias dos outros, etc. Enfim, a proposta não passou - eu acho que nós Câmara devíamos ter assumido as nossas responsabilidades como assumimos, não houve maioria suficiente e neste sentido portanto, a Câmara vai ter que remeter o processo à escola, para que a escola desencadeie de novo o processo.

Penso que, enfim, não estamos em reunião de Câmara mas se me permitem, penso que foi uma má decisão da Câmara. Acho que de facto, não devemos estigmatizar os patronos das escolas e das ruas por razões políticas, mesmo se não temos simpatia por elas, se as achamos até condenáveis, porque em Aveiro nós temos por exemplo uma Rua Homem Cristo Filho - que era uma homem assumidamente da extrema direita, um fascista. Acho que o estigma político colocado no nome do Dr. Mário Sacramento é uma injustiça enorme em relação à valia intelectual que ele teve e julguei que houvesse distanciamento histórico suficiente para poder ultrapassar isso. Não houve, lamento muito. Penso que daqui a muitos anos a história vai registar do currículo do Dr. Mário Sacramento, vinte excelentes livros e depois uma nota de rodapé - pertenceu ao Partido Comunista; organizou os Congressos de Oposição Democrática e por esse facto não devia ter sido excluído do nome da escola.

O nome do Silva Rocha como digo, era esta, penso que tem muito mais interesse francamente, que ele seja o patrono do Centro de Arte Nova, do que o patrono da Escola - a Escola pode arranjar seguramente outros nomes, mas enfim, foi uma votação que perdemos e gostava também de o comunicar a esta Câmara - também por quatro a cinco.”

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente muito obrigado. Eu na minha intervenção quis chamar à atenção desta câmara, que ela já deliberou atribuir à escola o nome de Silva Rocha; quis trazer o nome de Silva Rocha ao nível de Mário Sacramento. Independentemente das ideias de cada um - na minha Escola há muita gente que quer o Mário Sacramento e muita gente que não quer Mário Sacramento; se calhar é um processo político! Aliás o processo e a proposta é político; só vejo aqui política. Mas não é assim que vamos lá. O problema é este: a Escola Secundária N.º 1, há vinte anos que não tem nome, não tem patrono (existem só duas ou três escolas neste país que não têm). E portanto, a Escola dá um nome; a Câmara dá, de acordo com a deliberação de agora ou da anterior o projecto de Silva Rocha e de Mário Sacramento, e o Governo que decida. Ambas as pessoas estão bem alicerçadas com motivos para serem patronos. Eu aceito qualquer um.”

Presidente da Câmara:

“Se bem me recordo da lei, nós só temos de dar parecer. Nós recebemos uma proposta da Escola com um nome e a Câmara dá um parecer.”

Vogal Henrique Diz:

“Como é evidente eu não vou discutir se deve ser Mário Sacramento, ou se deve ser outro nome qualquer. Eu queria apenas comentar alguns tipos de reacções que se estão a começar a verificar nesta câmara que é assim: quando as outras pessoas são da nossa opinião está tudo muito bem, quando as outras pessoas não são da nossa opinião, têm sido intervenções que em

alguns casos rondam a má educação. Eu pedia aos colegas que mantivéssemos o nível da discussão como deve ser. Era só isto que eu queria pedir.

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez eu gostava só de lhe dizer o seguinte: o Sr. Presidente da Câmara fez um relato - o seu relato pessoal da reunião; eu penso que poderia ter sido um pouco mais isento na apresentação, uma vez que está a apresentar em nome da Câmara, não está a apresentar em seu nome, penso eu. Porque se está a apresentar em seu nome, então o Sr. Presidente da Câmara deveria dar aos outros vereadores que votaram contra, a oportunidade de apresentarem a sua versão dos acontecimentos.

Portanto, eu penso que teria sido mais útil se tivesse posto menos emoção - se calhar foi só isso nas suas palavras. O Sr. Presidente da Câmara perdeu, mas perder faz parte da vida! Eu já perdi e já ganhei e o Sr. Presidente da Câmara há-de perder e ganhar também muitas vezes, certamente.”

Presidente da Câmara:

“Eu não estou inteiramente de acordo com as palavras do Sr. Prof. Henrique Diz, eu de facto exprimi o meu ponto de vista, a forma como vinha apresentado à Câmara, até lembrei que estava aqui o Eng. Cruz Tavares para corrigir alguma imprecisão, houve de facto outros argumentos, outros pontos de vista; o Sr. Eng.º Cruz Tavares está aqui se quiser acrescentar algo ao que eu disse.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, só um comentário na linha do comentário que o Sr. Prof. Henrique Diz fez, e para dizer que, estou a sentir-me mal em estar aqui hoje. Porque não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira, que acontece aqui hoje, que pelo simples facto das pessoas no exercício de um direito que têm em democracia de terem uma opinião diferente dos outros, dizem que é uma atitude vergonhosa. Eu considero isso inadmissível e nada indiciador do respeito à diferença que há em democracia; e não sei se valerá a pena nessa perspectiva manter-me aqui - eu e os outros - porque assim não vamos lá.”

Entretanto saiu da sala o vogal Manuel Branco Pontes

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu vou fazer algumas muito breves considerações acerca de alguns aspectos da comunicação do Sr. Presidente da Câmara, embora de facto às vezes tenha dúvida se efectivamente vale a pena. Porque na última reunião eu apresentei vários pontos e quatro pelo menos não tive nenhuma resposta acerca deles.

A primeira que eu vou aqui citar, das várias actividades realizadas, vou-me referir à Feira do Livro. No que diz respeito à Feira do Livro que se realizou e que muito útil é para esta cidade, verificámos com alguma pena que a única editorial de Aveiro - que é a Editorial Estante - não estava presente. Não estava presente e creio que o próprio senhor vereador responsável por este pelouro, lamentou. O que é facto é que posteriormente em artigo publicado no semanário “O Aveiro”, eu verifico que o responsável pela “Estante”, enfim, lamenta o sucedido e indica a seguinte situação: é que teria sido negado um espaço à Editorial porque passavam oito a dez dias da data limite em que deveria ter indicado; diz ele que se de facto isto sucedeu, foi porque a responsável que deveria ter dado algumas informações, não as deu; que ele varias vezes quis essas informações e não conseguiu e portanto, passado esse tempo quando se quis inscrever disseram-lhe que não, que já não podia ser inscrito, apesar de a reunião para a distribuição do espaço ter sido sessenta dias depois da negativa e a feira ter sido noventa dias depois. Atendendo a que se tratava de uma pessoa que até mil novecentos e setenta e um teve responsabilidades na primeira feira do livro, que depois, até em setenta e dois - quando era

difícil fazer feiras do livro, quando haviam problemas até de natureza política complicada neste sentido, se verificou que ele manteve esta força no sentido de termos aqui a Feira do Livro em Aveiro, eu creio que será de lamentar que ela não tenha estado presente, salvo algum esclarecimento que o Sr. Presidente da Câmara nos queira prestar mais sobre isso.

Seguidamente eu gostaria de referir o seguinte: nas Festas da Cidade verificámos de facto um programa recheado, com qualidade em muitos aspectos, sem dúvida nenhuma e verificámos também uma sessão solene importante, em que foram distribuídas medalhas de mérito municipal, e que enfim, nós nos associámos à entrega dessas medalhas, e devo dizer que há espaço para tudo e quer-me parecer que nessa sessão solene tudo teria corrido melhor, talvez, se não tivéssemos confundido um pouco alhos com bugalhos. Nessa sessão solene a confraria de S. Gonçalo ter acolhido mais um confrade com todo o cerimonial que passa por se mostrar um “bonequinho das caldas”, talvez não tivesse sítio mais apropriado para isso, independentemente desta tradição poder ser cumprida - não tenho nada contra ela, pelo contrário - mas noutra local e não no momento solene, em que se distribuem medalhas a pessoas. Pareceu-me!

Ia eu dizendo ainda o seguinte: quero manifestar o quanto estou agradado pela hipótese, de facto, de podermos vir a ter uma porta da Ria - como aqui é dito - toda aquela zona da antiga lota, todo aquele reformular de todo aquele espaço parece-me extremamente importante, congratulo-me por saber que isso vai ser feito.

Continuando, também me congratulo pelo acolhimento que vai sendo dado aos refugiados do Kosovo, efectivamente a solidariedade entre todas as pessoas do mundo, deve ser tida como exemplo. Congratulo-me também pela assinatura que foi feita com o Instituto de Reinserção Social para tentar uma melhor reinserção social de delinquentes. Eu permitia-me aqui sugerir que se considerasse também aqueles delinquentes de tenra idade, aqueles que andam neste momento a proceder a algumas actividades que põem em risco, nomeadamente, alunos da Universidade, porque talvez fosse a maneira mais correcta de corrigir esta situação, que naturalmente não passa pelo facilitismo com que este assunto tem sido tratado, quero dizer que pouco há a citar, ou nada muito de anormal, como o Sr. Presidente da Câmara já citou, ou o Sr. Governador Civil - que diz: “que a ocasião é que faz o ladrão”, “o melhor é não sair à noite sozinho e não andar com muito dinheiro no bolso”; espero que esta não seja a solução, aproveitar este instituto de reinserção social para considerar também os jovens delinquentes era capaz de ser extremamente importante para o fim em vista.

Essencialmente era isto que eu queria dizer, de facto na última reunião perguntei algumas coisas sobre aquele comboio que circula em S. Jacinto, sem alvará, com problemas de pessoas que caem do comboio e partem a cabeça. Contrariamente ao que aconteceu aqui em Aveiro, em que retiraram um comboio desses de circulação, possivelmente com toda a razão ou por não ter alvará ou não estar em boas condições - parece haver dois pesos, duas medidas. Falei de outras coisas na anterior reunião, em que de facto não recebi resposta, lamento, e aqui neste caso, fico-me por aqui nesta consideração.”

Entretanto saiu da sala o vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vereador Cruz Tavares:

“Só queria dizer que, de facto, há um comportamento um pouco estranho da bancada do PS; mesmo a intervenção do Sr. Presidente, achei-a estranha. Mas queria apenas acentuar que o nosso voto é sempre dado em consciência. Quaisquer que sejam as reacções da bancada ou dos vereadores do PS, a oposição vai votar, o PS eventualmente vai invectivar a oposição e talvez fiquemos por aqui: os senhores invectivam, nós votamos. Só que não votamos sistematicamente contra. Votamos umas vezes a favor, quando isso for do interesse da Cidade e votaremos sempre contra quando no nosso entendimento isso for contra os interesses da Cidade, ou seja, o registo parece-me consolidado: os senhores invectivam, nós votamos. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Obrigado Sr. Presidente. Começaria esta análise à Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, perguntando qual tem sido a contribuição da Câmara neste Mundial de Basquetebol que se está a realizar; parece-me que é uma boa realização dada a projecção à Cidade, é pena não termos um pavilhão condigno - ainda - e isto tem sido focado na comunicação social, foi focado na televisão, mas é a nossa realidade e é bom que vivamos com ela. De toda a maneira saúdo esta iniciativa de nós sermos um pólo acolhedor deste Mundial de Basquetebol Júnior. Por isso é que gostava de saber: qual foi e qual será a contribuição da Câmara Municipal de Aveiro neste evento?”

No que diz respeito à Cultura, registo na Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, uma referência ao encontro “Aveiro Cidade Nova” e à edição de uma brochura Arte Nova e um CD-rom. Acho a brochura um trabalho bastante relevante, não é exaustiva, mas parece-me uma boa obra de referência; o mesmo não direi do CD-rom que acompanha a mesma brochura, quer dizer, eu acho que nós devemos usar as novas tecnologias se fizermos uso delas. Agora, se um CD-rom trouxer exactamente aquilo que a brochura trás, exactamente da mesma maneira, não usando de todas as potencialidades que o CD-rom nos poderá trazer, se calhar não vale a pena fazer o CD-rom. De toda a maneira, louvo a iniciativa.

Fala também aqui de um roteiro, que também acho bastante útil, no entanto, acho que todas estas iniciativas de nos mostrarem os pontos da Cidade e que têm haver com Arte Nova carece, se calhar, de um plano um pouco mais basto que é pelo menos dar-nos um mapa da Cidade. Quer dizer, Aveiro não tem um mapa da Cidade e por isso é que os Aveirenses ainda não conhecem as suas ruas pelos nomes. Nós conhecemos as ruas - conhecemos a Avenida Dr. Lourenço Peixinho e as outras é a rua onde está esta loja ou a rua onde está este banco ou aquele banco; os Aveirenses não conhecem as nossas ruas. Agora passamos a conhecer a casa onde está a fundação Dr. João Jacinto Magalhães, conhecemos a casa do Dr. Peixinho, conhecemos mil e uma casas - que são Arte Nova - no entanto, coisas mais básicas, como os nomes das nossas ruas continuamos ainda a desconhecer. E isto tudo porque falta um mapa da nossa Cidade, falta a colocação nos mupís publicitários o mapa da Cidade. E quando falo de um mapa da Cidade, não é o mapa da Ponte Praça e da Avenida Dr. Lourenço Peixinho e só esse mapazinho; a nossa Cidade é muito grande, queiramos nós mostrar quão grande é a nossa Cidade. E para mostrar também a Cidade, é importante que, não só para os aveirenses, mas também para quem nos visita, sejam colocadas placas indicativas de locais de interesse - até para as pessoas saberem que aquilo é um local de interesse. Nós não temos nenhuma placa que nos indique onde é que é o Centro Cultural e de Congressos; nós não temos ou temos muito poucas placas a indicar onde é que é a Universidade; nós não temos qualquer placa a dizer onde é que fica cada uma das nossas Escolas; nós temos uma ou duas placas a indicar-nos onde é que fica o Parque de Feiras; nós temos placas no centro da cidade a indicarem Aveiro, como se Aveiro não fosse onde as placas estão! Quer dizer, há sinalizações que eu considero incríveis. Eu louvo bastante o aparecimento deste inventário Arte Nova, no entanto, vamos começar pelo princípio; vamos começar por situar a Arte Nova dentro da nossa Cidade; vamos valorizar aquilo que é a nossa Cidade e mostrar a nossa Cidade aos Aveirenses.

Ainda relacionado com a Cultura, eu queria registar o facto de a Livraria Municipal ter mudado de instalações, porque segundo penso saber, a venda e o interesse pelas publicações de Aveiro tem aumentado; isso significa que é muito importante o local onde nós expomos os nossos livros. Eu achava que este exemplo que a Câmara já tem com a Livraria Municipal, pudesse ter sido extrapolado para a Feira do Livro. Mas a Feira do Livro continua a ser para as elites culturais da Cidade; a nossa Feira do Livro é feita sempre para aquelas pessoas que já têm o gosto de ler e que vêm propositadamente ao Centro Cultural e de Congressos buscar os livros que se calhar comprariam numa livraria. Uma feira do livro devia ter uma outra função, devia fazer com que

as pessoas que não têm contacto com os livros deparassem com os livros - isso é importantíssimo. Era importantíssimo que a Feira do Livro se situasse num local de passagem da Cidade; e felizmente nós já começamos a ter locais de passagem dos cidadãos - é pena que continuemos a não utilizar estes recursos quando já temos indicadores que nos indicam onde é que são os bons locais para a Feira do Livro.

A Feira do Livro no Centro de Congressos é muito digna, no entanto não tem impacto absolutamente nenhum. Acho até louvável que se tivesse criado uma linha de autocarros expressamente para trazer o público à Feira do Livro; só que ninguém sabia que havia uma linha de autocarros, por isso mesmo eles andavam constantemente vazios. Foi mais uma iniciativa que eu considero frustrada, porque não é assim que se devem tratar as feiras dos livros, especialmente numa cidade com tão poucos habitantes e com tão pouca gente que tem vontade de comprar livros, se não for estimulada para isso.

Um outro assunto que gostaria de focar relacionado com a Comunicação, diz respeito às questões de ordenamento do trânsito. É que eu continuo a insistir nisto em todas as Assembleias Municipais: é que eu continuo a achar que não há um plano de trânsito para esta Cidade; eu continuo a ver uma gestão “ad hoc” do trânsito da nossa Cidade e com situações incríveis e ao mesmo tempo ridículas. Eu dou-lhe dois exemplos: o primeiro passa-se nestes dias da Agrovouga. A que propósito é que a rua em frente à Agrovouga está fechada ao trânsito? Não tem razão nenhuma de existir esse fecho; é um desrespeito para com os cidadãos de Aveiro. Ainda por cima a rua está fechada e quando o cidadão nota que está fechada já não tem possibilidade nenhuma de sair do local onde se meteu.

Outro; o aparato que se verificou no dia dez de Junho! E sempre que o Sr. Presidente da República vem a Aveiro! Mas é preciso fechar todas as ruas, é? Quer dizer: quando o Sr. Presidente da República vem a Aveiro, a Cidade fica intransitável? Não podemos em liberdade transitar nas nossas ruas? Temos que perder horas em bichas de trânsito porque o Sr. Presidente da República está em Aveiro? É assim que ele se faz notado? Não é necessário fazer isso. Isto apenas para citar dois exemplos de falta de respeito quanto ao encerramento de ruas.

Ainda em relação ao trânsito eu não podia deixar de falar na Avenida. Eu continuo a achar que, não é de bom tom para com esta Assembleia, que se continuem a fazer obras na Avenida, sem que esta Assembleia possa saber o que é que na realidade se está a passar, que obras é que se estão a fazer, qual é o objectivo das obras que se estão a fazer, para além daquilo que nós sabemos que é construir uma pista de bicicletas. Ainda por cima construir uma pista de bicicletas à custa do arranque da pedra da calçada!? A que propósito é que a pedra da calçada da Avenida Dr. Lourenço Peixinho está a ser retirada para fazer uma pista de cimento? Porque é que não se podia ter feito uma pista de bicicletas com a pedra da calçada tal como é tradição naquela Avenida?

Estão-se a criar zonas pedonais - não seria razoável que nas zonas pedonais se pudesse também plantar árvores? Então se afinal os carros já não passam para lá, se calhar mais espaço há para nós podermos colocar zonas verdes! Eu estou a falar por exemplo na rua - o eterno problema - a rua do Hotel Imperial, tão larga, agora pedonalizada, porque é que não tem umas árvores? Porque é que toda aquela zona há-de ser uma zona despida de vegetação?

Zonas de bicicletas na Avenida. Eu acho que sim. Pelo menos tem a vantagem, já que os transportes públicos não funcionam, que é as pessoas que chegam a Aveiro de comboio possam pegar numa bicicleta e descer a Avenida de bicicleta e o caminho inverso quando saírem de Aveiro e forem para a Estação. Agora, serve os Aveirenses? Não me parece! Nós temos cá uma pista de bicicletas. Eu não sei se sabem, mas na Avenida Dr. Sá Carneiro, penso que é assim que se chama, tem uma pista de bicicletas; só que não tem entrada nem saída! Agora, para que é que serve? Nós estamos a preparar a nossa Cidade e o nosso Concelho para as bicicletas? Não estamos! Nós estamos a fazer um “Show off” com a bicicleta no centro da Avenida.

Ainda respeitante à pista da Avenida, queria dizer, que para mim ela vai tornar-se na verdadeira zona radical, sabe porquê? Porque a pista da Avenida, vai ser um sítio óptimo para andar de patins em linha e andar de skate, porque a pista radical que foi feita, tapada e colocada num canto da Baixa de S.¹⁰ António, acho que não é o sítio certo para nós vermos os nossos jovens fazerem habilidades radicais. Uma pista radical, para mim, tinha sido colocada numa zona visível, por exemplo no Rossio - é um sítio visível. Por isso eu até incentivo os nossos jovens a usarem a pista da Avenida para fazerem aí a sua pista radical. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Entretanto saiu da sala o vogal António Ildebrando Nunes Costeira.

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente. Srs. Vogais. Permitiu-se há pouco o Sr. Vereador Cruz Tavares tecer algumas considerações sobre a postura da bancada do Partido Socialista, inclusive sobre a postura do Sr. Presidente da Câmara. Torna-se pois legítimo, que se teçam alguns considerandos sobre a postura do Sr. Eng.º Cruz Tavares.

O Sr. Vereador Cruz Tavares, foi aqui criticado por, entre outras coisas, ter votado contra a atribuição de uma distinção a uma personalidade impar do panorama cultural aveirense, por alegadamente - pelo menos não infirmado - ter sido militante do Partido Comunista. Sobre esta crítica que me parece séria, que me parece grave, o Sr. Vereador Cruz Tavares disse nada, e disse apenas protestar a sua consciência. O Sr. Vereador foi já interpelado duas vezes sobre dois temas diferentes e sobre a matéria de fundo apenas disse “que votou em consciência”; esta Assembleia continua sem saber qual é essa consciência e qual o fundamento das suas posições. Portanto, quando há pouco se apresentou à Assembleia e se referia ao Dr. Alberto Souto avô, como Alberto Souto - o velho; também eventualmente passará a história de “Cruz Tavares o consciente”.

Relativamente à Comunicação do Sr. Presidente, eu tinha apenas duas questões a colocar: relativamente à Feira do Livro apenas aqui um considerando, relativamente à afluência do público à Feira do Livro, apenas vem aqui referido que “a afluência foi notória”. Notória é um conceito demasiado indeterminado, gostava de saber se houve mais ou menos, porque tenho a suspeição de que foi consideravelmente menos - o que não deixa de ser notório.

Parece-me que seria uma ótima solução e deixava aqui o alvitre à Câmara Municipal, de aproveitar a recente pedonalização da Rua Direita, obra que aproveito o ensejo para felicitar a Câmara Municipal, para aí vir a instalar a próxima Feira do Livro, que será seguramente um local de passagem e é um lugar particularmente aprazível para esse efeito.

Finalmente, apenas uma única pergunta dirigida directamente ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente à porta da Ria - parece-me uma ideia particularmente feliz, e por demais celebrada nesta Assembleia a elaboração de um marco arquitectónico e panorâmico para quem entra na Cidade vindo da Ria: se já há alguma concretização desse projecto solicitava que fosse partilhado com esta Assembleia, pelo menos uma antevisão daquilo que viria a ser, permitindo assim a este órgão associar-se a esse facto.”

Vogal António Salavessa:

“Da Comunicação, como ela é curta, também não dará para dizer muita coisa. Aliás acho que nós não estamos se calhar já com a disposição e o estado de espírito para fazer uma discussão muito prolongada sobre isto. A primeira nota era esta: eu não tenho dúvidas (desculpem lá), mas tive queixas de editores que se queixaram da notória fraca afluência de público, quer dizer, os melhores elogios às condições do local, mas com esse grande problema, que é uma feira que se destina a público e que o público não afluiu aqui em número necessário.

Portanto, há que repensar qual é a melhor solução para se conseguir esse desiderato de levar o livro e um livro mais acessível à população. Acabam por ser aqueles que são mais interessados, e já mais ganhos para a leitura, a vir e não se ganham novos leitores, não se ganham novas audiências para este instrumento de cultura.

Segunda questão: o que está aqui na Comunicação significa que não há a engenharia militar no Lago da Fonte Nova, contrariamente ao que tinha sido anunciado. Há ou não um esforço gratuito militar na feitura do Lago da Fonte Nova?

Terceira questão: já foi abordada pelo Sr. Presidente da Mesa, que era a questão das agraciações do dez de Junho, eu friso a opinião do Dr. Celso Cruzeiro, que foi da mesma opinião do Dr. Candal, que haveria outras figuras de Aveiro que poderiam ser evocadas ou condecoradas nessa data. Chamava à atenção - uma chamada de atenção estatística - à Câmara, para dizer que se realizou a terceira presidência aberta do município, diz respeito a ano e meio de mandato, ou seja, uma presidência por semestre; oito semestres, oito freguesias - ficam seis de fora!!?

Outro assunto diz respeito à redacção de um determinado parágrafo - gostava que o Sr. Presidente esclarecesse isto - «o feito foi novidade, nunca uma equipa que baixa à Divisão de Honra tinha conquistado a Taça, e o Beira Mar estará presente nas provas da UEFA, e a Câmara por unanimidade deliberou atribuir ao Clube a medalha de mérito desportivo, em ouro». Não se sabe bem, com esta redacção, se foi por baixar de Divisão ou se foi por ganhar a Taça. É só uma questão de estilo certamente.

Agora, fora da Comunicação e tendo em conta as actas da Câmara e as informações complementares que aqui foram trazidas eu deixava apenas algumas notas mais. Uma: Sr. Presidente há meses que a rotunda ao fim da rua Oudinot, ... eu não acredito que a EDP seja assim tão insensível e não consiga substituir..., se não temos que fazer um movimento cívico para pressionar a EDP a tirar a cabine para que a Câmara possa fazer a correcção da rotunda que ali se impõe. Ora são meses e meses em que este assunto aqui vem, é tempo de passar das palavras à acção e resolver o problema. Se a acção tem que ser uma acção popular - faça-se a acção popular. Registe-se para a acta “já estamos em acção”.

Outra questão que resulta das actas, quando se lê que há uma pessoa que compra um loja no mercado de Santiago há dois anos, por causa de uma situação de desemprego e para resolver uma situação de desemprego e que há dois anos que está à espera!? É que para além da questão geral começa a haver aqui dramas particulares, problemas particulares muito complicados que precisam de uma resposta e de uma solução muito rápida.

Depois sobre a questão do Dr. Mário Sacramento e da Escola eu reservo-me para um comentário depois de ler os considerandos e as justificações que foram aduzidas pelas diversas forças políticas ou pelos membros da Câmara, para compreender o verdadeiro alcance da rejeição da proposta. Tratava-se de uma proposta da Direcção da Escola, havia que a ratificar ou rejeitar; ao que me parece a argumentação utilizada por alguns dos vereadores será de uma tremenda injustiça em relação à personalidade concreta que está em análise e não ao seu posicionamento político ou à sua cor política. Eu constato que mais uma vez funcionou uma maioria de direita na Câmara que impediu esta decisão, pois se há bloqueio à vinte anos, ele deve-se sistematicamente à Câmara na sua maioria estar contra a opinião da Escola, mas gostava de ler as declarações, a acta, e as intervenções, para as poder comentar com cuidado.

Agora o que me parece estar a acontecer com muita frequência e da leitura das actas, isso aparece em várias delas neste período, é o seguinte: é o hábito de na Câmara Municipal se criticarem intervenções da Assembleia Municipal. Se tiverem o cuidado de ler, vêm que há considerações do Vereador Belmiro Couto, da Vereadora Maria Antónia, há considerações do Vereador Domingos Cerqueira, em que por acaso não se referem a este membro da Assembleia Municipal, mas para mim é a mesma coisa. Há apreciações e declarações relativamente

extensas, contra ou a contestar as intervenções que aqui ocorreram na Assembleia Municipal. Parece que agora estamos perante um órgão fiscalizador ao contrário.

Eu queria dizer, para quem eventualmente isso lhe escape, que os vereadores para já têm a obrigação de estar aqui; podem não querer lições, mas conhece-se melhor a realidade do Concelho vindo à Assembleia Municipal. E o Regimento da Assembleia permite, de uma forma muito clara que os membros do Executivo, independentemente da Câmara, podem utilizar da palavra, seja para os assuntos dos seus pelouros específicos, seja para invocar o direito de resposta, seja para a defesa da honra. Portanto, qualquer vereador tem ao seu dispor essas figuras regimentais para poder aqui intervir e dizer de sua justiça; não faz sentido, se há alguma coisa a dizer à Assembleia, não faz sentido guardar isso para a Câmara, venham aqui, falem aqui, para aqui também poderem ouvir; penso que todos temos que nos ouvir uns aos outros.

Vem isto a propósito de considerações tecidas acerca do Conselho Municipal de Segurança, pelo Vereador Belmiro Couto. É uma competência que é dada à Assembleia, mas que o Vereador entende que devia ter uma palavra. É evidente que há um tempo certo para as coisas e eu gostava de saber neste momento qual é a situação. Pela leitura das actas sabe-se que aquela fase preparatória já estará decidida, penso que é tempo para este assunto voltar à Assembleia Municipal, para que se possa encerrar o processo de criação e da instalação do Conselho Municipal de Segurança. Das mesmas actas resulta que, foi deliberado para discussão pública a vinte e dois de Abril, um regulamento do Conselho Municipal da Educação; sendo um regulamento, penso que a competência regulamentar cabe também a esta Assembleia, seria bom que antes do início do próximo ano lectivo, o Regulamento do Conselho Municipal de Educação pudesse ser aqui discutido. Disse.”

Vogal Armando Vieira:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Quanto à Comunicação do Sr. Presidente, e foi falado aqui da assinatura daquele protocolo com o Instituto de Reinserção Social, eu permitia-me fazer aqui um comentário sobre esta questão. Obviamente que é um instrumento importante e obviamente que para quem está atento a estas coisas isto não é nada inovador; porque nós já praticamos este tipo de atitude - de ocupar os presos com sentenças ligeiras - ou seja, há longos anos que a Junta de Freguesia de Oliveirinha faz isto, num trabalho conjunto com os tribunais, com o Tribunal de Aveiro. É lamentável que o Sr. Secretário de Estado na sua intervenção, permitiu-se criticar os Juizes do Tribunal Aveiro ou os juizes em geral, por não terem coragem de tomar tal atitude, o que demonstra que desconhecia que no Tribunal onde ele esteve tantos anos se praticava isso.

Para lamentar também que nas intervenções que houve mais uma vez, uma discriminação, e uma desconsideração às Juntas de Freguesia, porque foram convidadas inúmeras Juntas de Freguesia, que aderiram a este processo, falou o Sr. Governador Civil, falou o Sr. Secretário de Estado, falou o Sr. Presidente da Câmara, e os Presidentes de Junta não falam porque isso é gente menor não tem palavra e não têm direito a falar sobre as questões e até a experiência prática que tinham por uma coisa que ao que parece afinal não havia ali ninguém que soubesse, para além das técnicas do Instituto que conheciam a prática que levamos a efeito há anos. É lamentável mais esta atitude discriminatória que a mim me apraz registar com algum aborrecimento, porque não aceito esses atestados de menoridade mental em questões como esta, nomeadamente, nós estamos se calhar mais avalizados para falar do que todos aqueles que falaram.

Depois, Sr. Presidente, refere aqui a venda de vários lotes; queria alertá-lo aqui para a necessidade de rapidamente se desenvolver a habitação na urbanização municipal do Picôto, porque há uma enorme procura de lotes e temos ali um espaço que podia satisfazer as dezenas de inscritos que nós temos, de casais jovens e menos jovens, emigrantes, etc., que desejam comprar um pequeno lote para fazer a sua moradia, e já tarda a resolução e implementação das

infra-estruturas e da aquisição dos terrenos aos proprietários para se colocarem os lotes no mercado, o que será para além do mais, mesmo que não seja lucrativo para o município, é com certeza um serviço que prestamos à comunidade e aos habitantes.

Depois Sr. Presidente, falar aqui numa coisa que várias vezes falei, que não está na sua comunicação mas que penso que vem a talhe de foice, que é um levantamento do parque habitacional degradado que está abandonado mas que não oferece ruína, nas freguesias e também na cidade, mas mais nas freguesias fora da cidade. Há inúmeras casas que poderiam ser aproveitadas e que eu considero que é um crime contra quem necessita de habitação, e contra uma sociedade justa e solidaria que tanto se apregoo-a; haver casas que têm boas condições com uma recuperação para serem úteis durante ainda umas dezenas de anos, e estão completamente abandonadas, com o adiamento das autoridades, nomeadamente de quem tem o poder que a lei lhe confere, para obrigar os proprietários dessas casas a fazerem obras de conservação. Eu acho que isso deve ser feito pela parte que toca à Freguesia de Oliveirinha; Sr. Presidente, aqui estou eu para assumir o ónus das atitudes que possam ser consideradas desagradáveis, eu tenho dito isso aos proprietários, e exigir de imediato obras de conservação. É inadmissível que casas, algumas delas com uma traça arquitectónica de respeitar, de considerar, de conservar, estejam abandonadas, eu continuo a protestar contra esta situação e contra a demissão de competências desta Câmara, da anterior Câmara, porque eu já falava nisso na anterior Câmara, só tenho pena é que a Junta de Freguesia não tenha essa autoridade, porque se a tivesse, se tivesse esse poder, exercê-lo-ia, e com certeza que num futuro as pessoas ainda nos iam agradecer.

Portanto deixo aqui este apelo, Sr. Presidente. Pela parte que me toca eu faço o levantamento se for necessário, assim a Câmara se disponibilize para aplicar aquilo que a lei lhe confere.

Depois, permitia-me alertá-lo para o desrespeito pelos alinhamentos das novas construções, e nomeadamente o Sr. Dr. José Costa: há situações que eu não chego a perceber - umas porque as pessoas desejam construir as casas mais atrás, não são autorizadas - até pela dimensão da casa, pelo pequeno jardim que queriam construir pequeno ou grande, não são autorizadas; outras, que se calhar queriam construir a casa mais à frente não são autorizados ou são autorizados em excesso. E eu estou-me a lembrar de um caso que temos pendente na Moita, Sr. Presidente e numa moradia que me parece de grande qualidade, e lamento que se esteja a construir ali um enfiamento da garagem, mesmo em cima do gaveto (ainda por cima uma casa de gaveto), ali muito próximo da Misericórdia da Moita. Pedia ao Sr. Vereador, os vários técnicos já foram alertados para isso e aquela situação não se pode manter. A população está a reagir mal e a culpar a Junta de uma situação pela qual a Junta não é responsável e não deve ser responsabilizada.

Depois o meu amigo Dr. Filipe Brandão, permita-me que lhe diga, também o usando o termo, porque é muito corrente, muito frequente, ele usar “permitiu-se”, como que seja um crime, e referindo-se ao Sr. Eng.º Cruz Tavares, “permitiu-se ter opinião sobre isto ou sobre aquilo, ... e discordar da opinião dominante ou da Câmara. Eu acho que isso é inadmissível em democracia - “permitiu-se”!?! É um direito que lhe assiste a afirmação não fica bem. Devo dizer que o Eng.º Cruz Tavares, por muito que pese ao PS, foi eleito democraticamente e tem legitimidade para ter as opiniões que entender ter. É só isso.”

Vogal Álvaro do Bem:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Como já decorreram alguns meses sobre a vinda cá do Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, eu gostava de lhe perguntar o seguinte: a Loja do Cidadão, que é de extrema funcionalidade, e que vem beneficiar imenso não só a Região, mas essencialmente Aveiro, o que permite uma quantidade de Serviços integrados, eu pergunto-lhe, se há perspectivas de ainda durante este ano haver já o local designado ou não e se a Câmara interferirá nesse processo? Visto que o Centro Regional de Segurança Social, é uma das partes

também interessadas (isto há coisa de um mês para cá), na procura de todas as pontes necessárias para a ligação de Serviços, visto que a Loja do Cidadão é de múltiplos serviços. Gostava de saber se o Sr. Presidente pode ou não responder a esta minha pretensão?”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu vou tentar ser sintético para ver se ainda passamos para o ponto seguinte.

Em relação à Feira do Livro, foi uma questão suscitada por vários membros da Assembleia: nós temos a convicção, e estive aqui a confirmar com o Vereador da Cultura, de facto a adesão terá sido inferior à do ano passado. Para o ano teremos que pensar o que é que vai acontecer. Das duas uma: ou o Lago já está pronto e aquela zona naturalmente transforma-se numa zona de passeio a pé e portanto, de grande atractividade, e poderemos ter outra vez uma Feira do Livro bem instalada e com público; ou não estão condições para passeios pedonais, em que as pessoas se cruzem com os livros e portanto teremos que repensar um novo local. Há já duas ideias em perspectiva, além do Rossio. Uma delas é a rua Homem Cristo Filho, que é da Câmara apesar de estar integrada no complexo do Fórum e outra é justamente do lado contrário do canal, uma vez que aquilo terá que merecer um arranjo, em que o atravessamento das pontes que lá estão proporcionariam um encontro com os livros no trânsito com a Avenida Lourenço Peixinho. Portanto, temos já estas duas ideias que na altura própria serão ponderadas.

Quanto à não inscrição do senhor da “Estante” de facto também me chegou esse eco, mais do que eco, porque tive uma conversa com ele para perceber o que é que se tinha passado, e confesso que não consegui perceber. Houve decerto ali alguma falha na comunicação entre os nossos Serviços e o dono da Estante. É lamentável porque é um dos históricos da Feira do Livro e eu fui o primeiro a lamentar isso mesmo.

Depois o episódio da Confraria na sessão solene. Como imagina ninguém podia antecipar o que se ia passar; no entanto a intenção foi louvável, foi boa - agora já estamos avisados: para a próxima algum pedido semelhante, as cerimónias serão separadas, encerrar-se-á primeiro a sessão solene. Foi um episódio desagradável, com o seu quê de pitoresco.

Depois sobre a porta da Ria, existe de facto um projecto de arquitectura já feito - não podemos esquecer que estão ali as eclusas (está ali a eclusa central), e portanto a ideia não é fazer um pórtico monumental, foi substituir a guarita que lá está, em que os funcionários não têm condições de trabalho (o motor está dentro da guarita; são invadidos pelas águas, aquilo está péssimo), e portanto, foi encontrar uma solução que fosse uma marca arquitectónica de entrada na cidade, mas não é propriamente uma porta. No fundo é o posto de trabalho deles que vai ser substancialmente aumentado e alterado, vai ter um terraço panorâmico aberto ao público, terá uma espécie de uma vela em cimento armado a marcar ali aquele ponto. Portanto, não é propriamente uma porta como a estaremos a imaginar. É a porta de Ria dado que a eclusa fecha e abre e o sistema de controle da eclusa vai ser trabalhado arquitectonicamente. Foi esta a solução que se encontrou - a obra está a concurso já - mas fico ao dispor desta Assembleia, porque é possível serem feitos ajustamentos.

Depois sobre o Campeonato do Mundo de Basquetebol, de facto é um campeonato que está a atrair as atenções de todo o país e de todo o mundo - pelo menos os das equipas participantes, que jogam em Aveiro - sobre Aveiro. A organização tanto quanto me pude aperceber, e há bocado devo confessar, que não estávamos a conspirar contra o Filipe, estávamos a ver o final do jogo de Portugal com o Qatar - e foi essa a razão da nossa ausência; pude-me aperceber que a organização continua excelente e não há a menor indicação de que as coisas tenham corrido mal, pelo contrário, até em termos comparativos com outras cidades, as indicações que a organização recebe de Aveiro, são as melhores. É um excelente momento de divulgação da prática do basquetebol, o pavilhão tem estado cheio nos jogos com Portugal - com já se previa; para nós foi uma oportunidade, para além de isto significar o reconhecimento da Federação

Portuguesa de Basquetebol e da FIBA, pelo papel muito importante que Aveiro tem no basquete, na promoção e na divulgação e na prática do basquetebol - Aveiro tinha que receber uma destas fases, apesar de não ter condições para isso. Isto significa do ponto de vista da Câmara de Aveiro, uma oportunidade para se oferecer à cidade um belíssimo parque que está lá à vista; vai ficar um parque muito agradável, que fazia falta naquela zona da cidade, vai servir toda a população que vive na Forca Vouga; será instalada uma ponte para atravessar a ribeira. Aquele parque que tem dois cortes de ténis, mais um de treinos, mais um jogo de água engraçado, e recursos pedonais e para velocípedes. Julgo que veio valorizar muito toda aquela entrada da cidade, que está agora muito bonita. Portanto o custo que o Campeonato teve, foi sobretudo o custo da feitura daquele parque (que foi violento); nós adjudicámos a obra por cento e dez mil contos; porque é uma área muito grande, engana muito, teve que ser todo infra-estruturado: iluminação, água, etc. Além disso haverá um pequeno apoio para a organização do campeonato que penso que não ultrapassará os sete mil contos. De resto a obra no pavilhão será suportada pelo Estado, devo dizer que foi uma excelente obra, bem conseguida, no sentido de que não se nota que o pavilhão foi alterado: foi possível manter toda a traça, as ligações não se notam - quem não soubesse que ele era mais pequeno, não dá pela diferença.

Depois sobre o pavilhão multi-usos, nem de propósito falou no dia errado ou no dia certo se quisesse, porque ontem em reunião de Câmara, aprovámos o relatório da Comissão de Análise que escolheu por unanimidade o estudo prévio para o pavilhão multi-usos. Devo dizer que o concurso decorreu, sem identificação dos autores e dos honorários, portanto, decorreu no escuro; o júri só pôde apreciar os projectos e só depois de estabelecer a ordem é que abriu os subscritos e pôde identificar os autores; e houve unanimidade na escolha, o que nota bem a superior qualidade arquitectónica daquele que foi escolhido. Não era sequer o mais caro, apareceram-nos projectos desde cinco milhões e tal, a dois milhões/um milhão e setecentos; e portanto, este que ganhou, ganhou sobre todos os critérios. Em breve ficará à disposição de todos; como foi ontem, ainda não notificámos, e é só por essa razão que eu não quero dizer também quem foi o nome do vencedor, porque os próprios ainda não foram notificados neste momento - isto aconteceu ontem; mas a decisão está tomada e já foi ontem aprovada em reunião de Câmara. Vai ter uma capacidade para seis mil e tal lugares, podendo ser extensiva a dez mil, no caso dos desportos que necessitam apenas de um recinto mais pequeno; dá também para espectáculos, tem tudo isto previsto. Portanto, esta é uma boa notícia, vamos ver agora se encontramos os financiamentos, porque ainda falta também fazer o projecto, etc.

Outros aspectos: o Plano de Trânsito, também falou no dia porque também anteontem e em reunião de Câmara (e parece que também tem informações privilegiadas daquilo que se passa na Câmara), entre outras coisas foi apreciado o célebre Plano de Trânsito, que andava de facto há alguns anos a ser elaborado e teve várias fases, e depois de alongada discussão, uma vez que se trata de um plano que é indicativo, não vincula a Câmara nas soluções que aponta, tem algumas recomendações que nós consideramos interessantes e úteis, tem outras das quais discordamos. Foi um Plano que foi elaborado tendo em conta todos os planos de ordenamento existentes, em vigor, ou a ser elaborados; e porque nessas condições a Câmara pôde aprovar o novo plano de ordenamento de trânsito e estacionamento da Cidade de Aveiro.

Pistas para bicicletas; porque é que arrancámos a calçada? Bem, arrancámos a calçada porque havia zonas em que as árvores tinham levantado o pavimento todo - não sei se se recordam? E portanto, de facto, nessas zonas foi absolutamente necessário fazer um piso novo, fazer uma caixa, e optou-se pelo cimento. Quando me apercebi que dali para a frente a calçada estava boa, mandei de facto travar - não se arranca mais pedra e vamos ter a pista mais bonita de Portugal e se calhar do mundo (porque a calçada portuguesa é muito bonita). Agora, é claro que estamos a começar o processo, não podemos criticá-lo por ainda só existir um bocadinho; nem sequer a primeira pista ainda está pronta, falta a sinalética, faltam as estações de serviço, faltam as bicicletas, a sinalética semafórica já articulada com os automóveis. Mas o sistema vai

evoluir e para viver bem e para se instalar tem que se expandir muito; nós por exemplo podemos fazer muito rapidamente a progressão da pista da avenida central sem destruir nada - só afastando os vasos, chegando até ao “Soldado Desconhecido”, atravessando para os Armazéns de Aveiro e para a zona da 14 de Julho, Tenente Resende - que já está pedonalizada, Praça do Peixe, retomar o Rossio e portanto, já temos mais uma pista praticamente feita. Depois temos que aproveitar as que já existem na Universidade e fazer a ligação da Universidade ao Bairro do Liceu; enfim, isto é um projecto para se ir fazendo. Desbloquear por exemplo o acesso à pista que já existe na IP 5, porque aquilo não tem entrada. Tem que se entrar em contramão e depois não tem sequênciã, anda-se ali às voltas nas Gafanhas para se conseguir retomar a ponte, mas com pequenos ajustamentos podemos muito rapidamente ficar com um circuito de bicicletas muito extenso.

O Conselho Municipal de Segurança; tem toda a razão está por marcar a reunião na sequênciã da comissão que veio propor alterações ao regulamento e portanto, tenho que marcar essa reunião.

Quanto à Loja do Cidadão, as expectativas é de que Aveiro venha a incluir o grupo das cidades que vão seguir-se a Lisboa e ao Porto, eles já estiveram em Aveiro, já visitaram os cinco locais que lhes pareceram ter possibilidades para esse efeito; já têm uma preferência, que eu me abstenho agora de divulgar, porque há razões comerciais envolvidas, mas em todo o caso para nós Aveiro - Cidade Digital, obviamente, estamos interessadíssimos em que isto arranque rapidamente, e as expectativas são essas: que tão cedo quanto possível a Loja do Cidadão se instale.

Quanto à rotunda do “Oita”, eu peço aqui ao Eduardo Feio que explique, porque de facto eu também sou da opinião que aquilo já devia estar destruído há muito tempo, mas há razões ...”

Vereador Eduardo Feio:

“Se me permite então, só para dar uma breve nota do que é que se passa com a famosa rotunda do “Oita” e o porquê desta demora. Penso que isto foi já aqui discutido acerca de meio ano atrás, uma vez, e nessa altura entrámos logo em contacto com a EDP que é quem possui aquele equipamento, e é quem vai ter que proceder à transferência desse equipamento; logo nessa altura começaram os concursos no sentido de transladar e comprar novo equipamento, que é uma operação que à EDP vai custar mais de quinze mil contos; o PT vai ser instalado debaixo do viaduto ao lado da futura Casa Municipal de Juventude. A Câmara Municipal predispôs-se logo desde o princípio a dar todo o apoio, nomeadamente, na construção das condutas; neste momento está a terminar o processo de adjudicação de equipamento, e obviamente a partir desse momento vamos passar o PT da rotunda, para baixo do viaduto. Esta obra encaixa, também, numa obra que já começou no prolongamento da rua do Sr. dos Aflitos para a Avenida - onde está também a pista de bicicletas - que vai permitir funcionar ali toda uma nova rede de circulação viária, automóvel, pensamos nós e também com base num estudo que foi aprovado na quarta-feira, que vai facilitar o escoamento de trânsito naquela área. Agora, as coisas têm um tempo, têm prazo que são relativamente complicados; aquele é um nó muito importante em termos de abastecimento de tráfego na cidade, não é uma obra que possa parecer tão fácil, aquilo não é apenas um edifício de betão, é um edifício que tem um complexo equipamento de distribuição eléctrica.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, como se falou aqui de distinções honoríficas, eu permitia-me aqui reflectir alto, pensando alto - não tenho nada a opor às distinções e a quem elas foram atribuídas - mas queria lembrar aqui o Sr. Presidente da Câmara que os 25 anos de democracia (que eu me lembre) nem qualquer instituição ou cidadão, da Freguesia de Oliveirinha, foi distinguido pela Câmara; e penso que há ali pelo menos instituições e empresas que se calhar mereceriam.

Porque no dia da cerimónia estava a reflectir sobre isso mesmo: será que em 25 anos Oliveirinha não teve ninguém? Porque eu tenho visto pessoas de outras freguesias, várias pessoas e instituições a serem distinguidas, e penso que não seremos assim tão maus que não haja ali qualquer coisa que merecesse também uma distinção nestes 25 anos que já decorreram em democracia. Depois Sr. Presidente, tomou nota quando estava a falar das portadas ou eclusas, com certeza o Sr. Presidente não pediu autorização à autoridade marítima da zona, porque veio dali “um fâcies zangado” e nós bem o vimos, assim como quem diz: “como é isso, se ainda não me pediste autorização”. Faça o favor de pedir autorização à autoridade marítima para fazer essas obras.”

Vogal Raúl Martins:

“Era só para dizer que a APA não é a autoridade marítima da área. A autoridade marítima da área é a Capitania do Porto de Aveiro.”

Vereador Cruz Tavares:

“Em relação ao trânsito, e em relação a duas rectificações que eu pedi ao Sr. Presidente que me autorizasse a fazer.

Sr. Dr. Filipe Brandão hoje brindou-me com a sua atenção, o que me honra muito; quando falou há pouco que eu tinha vetado a aprovação do nome do Dr. Mário Sacramento, porque ele era comunista, isto merece realmente duas rectificações: primeiro, e com muita pena minha, eu ainda não detenho direito de veto, com muita minha sou um voto em nove; às vezes há situações em que há voto de qualidade do Sr. Presidente - eu não tenho direito.

Se o senhor fizer força eu aceito, porque gostava muito de ter direito de veto em algumas resoluções em que sou vencido na Câmara. Portanto, não vetei o nome do Dr. Mário Sacramento. Muito menos votei contra por causa de ele ser comunista. Isto, aproveito, para fazer um esclarecimento ao Sr. Deputado Salavessa: tenho muitos amigos, já disse várias vezes nesta casa ou nesta Assembleia, durante várias ocasiões, que tenho muitos amigos comunistas. Era anticomunista primário, quando os comunistas eram comunistas primários; depois passei a ser anticomunista secundário, quando os comunistas eram comunistas secundários; agora fala-se aí na terceira via, sou um pouco menos comunista terciário.

Relativamente ao trânsito, de facto, pensávamos que o corte do trânsito naquela rua não trouxesse os inconvenientes que de facto trouxeram. Isso resultou de os armazéns gerais terem uma acumulação de pedidos que não permitiram desenhar uma faixa de duas vias em terra batida, que constituísse uma alternativa de trânsito. Foi uma das razões - os armazéns gerais foram muito solicitados nesta altura, coincidiu com o Campeonato do Mundo, etc., portanto isso estava previsto não foi feito, não pôde ser feito; por outro lado o portão que agora provocou este engarrafamento de que todos fomos vítimas, foi um portão errado, por onde entraram dois mega camiões por um sítio por onde não deviam ter entrado. Peço desculpa, as coisas foram relativamente planeadas com antecedência, e modéstia à parte, foram bem planeadas, mas foram mal executadas.”

Presidente da Mesa:

“Já agora, uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Eu ultimamente não tenho ido ao Parque, mas tenho notícias de que o Parque está andrajoso e que precisa de roupagens. Não sei se ainda há cisnes no lago? É que a ribeira da Forca Vouga, que é água doce, era um sítio para ter uns cisnes - que é uma coisa bonita.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Dá-me licença Sr. Presidente? Só alguns comentários à intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Bem, em primeiro gostaria de dizer que é com agrado que acolho a ideia da Rua

Homem Cristo Filho como potencial local para a realização da Feira do Livro. E eu só vinha lembrar que, acerca de um ano, quando no ano passado discutimos a Feira do Livro, eu tinha feito essa proposta que na altura o Sr. Presidente da Câmara não achou como sendo uma ideia boa - ainda bem que após esta experiência já concordamos em que pelo menos seria um sítio melhor em termos de impacto para o público.

Quanto ao dia errado de eu pôr estas questões ..., eu acho que é o dia certo. Ainda bem que há resoluções da Câmara que vão ao encontro daquilo que são os meus anseios e que são os anseios de todos os concidadãos de Aveiro. De maneira que se calhar foi o dia certo de pôr as questões e de ouvir essas respostas. Falou então que foi aprovado um plano de ordenamento de trânsito e do estacionamento: eu perguntava era, quando é que pensa que esse plano poderá ser apreciado pela Assembleia Municipal?

Já agora, em relação à intervenção do Sr. Salavessa, eu só gostaria de interpelar também a Câmara, no que diz respeito a: são os vereadores convocados para estarem presentes na Assembleia Municipal? É que segundo parece, os vereadores não são convocados para estar presentes na Assembleia. Por isso, como é que os vereadores sabem que há Assembleia? Parece-me que é importante, porque se calhar é injusto estarmos a culpabilizar os vereadores por não estarem presentes se não forem convocados.

Já agora, tinha-me esquecido, uma vez que ninguém falou no relatório dos Serviços Municipalizados: Sr. Presidente, é que nós às vezes dizemos que a Câmara executa as obras muito lentamente; na página dez quando se fala da ampliação da rede, diz-se que a ampliação da rede foi de dois mil mililitros - é que se for dois mil mililitros as coisas estão a andar muito devagarinho. É só isto.”

Vogal Armando Vieira:

“Há pouco cometi aqui um esquecimento, pelo qual me penitencio e aproveito esta oportunidade que me dá para cumprimentar aqui o nosso companheiro, o Sr. Prof. Arroteia, pela sua recente nomeação para Presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Politécnico, o que com certeza, além de o prestigiar a ele próprio prestigia também esta Assembleia e a Cidade de Aveiro. Eu desejo pois, Sr. Prof., um bom desempenho nessas funções de tão largo alcance.

Depois para dizer que, em relação aos Srs. Vereadores, eu acho que os Srs. Vereadores que têm pelouros, eu acho que sim, que devem estar presentes na Assembleia, sinceramente também penso isso. Mas façamos a justiça de excluir disso a Dr. Maria Antónia Pinho e Melo, que como não tem pelouros, penso que não será obrigada a estar aqui presente, no entanto poderá vir, mas penso que não é obrigada a estar aqui presente.”

Vogal Jorge Arroteia:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Eu naturalmente que agradeço os cumprimentos, e nestas situações aceito às vezes alguns desafios e espero cumprir as minhas funções de forma a não desprestigiar a categoria de membro desta prestigiada Assembleia.

Tenho apenas três questões muito simples. A primeira era para solicitar, eventualmente ao Sr. Presidente da Câmara, que se fosse possível ter em atenção a ocupação dos novos campos de ténis por forma a que essa ocupação não fosse adulterada com o tempo; acho que era importante, tendo em conta o investimento e o embelezamento desta área que não fosse ocupada indevidamente. A segunda questão era para solicitar também nessa área a colocação das passadeiras - é importante; eventualmente também a do controle de velocidade do acesso a Aveiro, porquanto às vezes há alguns exageros. E já agora que falámos na rotunda do “Oita”, se fosse possível transferir um sinal que está mesmo na rotunda, quando descemos a Avenida do Congresso da Oposição Democrática e quando entramos na rotunda, estão efectivamente ali uns sinais que estão muito mal colocados, porquanto nos tiram toda a visibilidade a quem entra na

rotunda. Bastaria deslocar aqueles sinais um ou dois metros para o lado esquerdo e evitar-se-iam ali certamente algumas situações e algum impasse. Muito obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Em primeiro lugar, é para dizer que com certeza que quando se fala da Rua Homem Cristo Filho deve haver aí um engano. A Rua Homem Cristo Filho é paralela à Rua Capitão Pizarro, junto ao Parque - creio que não é essa a que se refere quando estamos a falar na Feira do Livro. Deve ser a Rua Homem Cristo, só!

Em segundo lugar, quando se fala na porta da Ria, eu ao referir o assunto julgava que se inseria em algo mais ambicioso, que é o aproveitamento daquele espaço onde está a Lota, de toda eventual cooperação com a Universidade e com a APA, e portanto, se isso se vai fazer, tem que haver uma boa integração dessa porta da Ria com tudo o resto. E portanto, quando eu pedi um estudo, e quando o houvesse para o avaliarmos, não era só propriamente da substituição da guarita, mas mais genericamente toda essa área que parece que será de extrema importância para a Cidade de Aveiro essa zona.

E já agora, já que falámos em sinais de trânsito, eu creio que da última vez se tinha dito que aqueles semáforos, naquele cruzamento ali dos Santos Mártires, com a estrada que vai para a Barra, já deviam estar a funcionar neste momento, é que parece que continua a estar só a piscar o amarelo.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Em relação às distinções honoríficas de Oliveirinha, conhece o processo de selecção, por qualquer razão que tem haver provavelmente apenas com a coincidência, nunca nos chegou nenhuma proposta nem nenhum de nós se lembrou de nenhuma personalidade de Oliveirinha. Mas o Sr. Presidente da Junta, como outros Presidentes da Junta fazem, pode fazer propostas que serão avaliadas como são todas as propostas. O Sr. Presidente da Junta nunca se lembrou, nós também nunca nos lembrámos, mas enfim, estamos a tempo de recuperar isso se houver de facto, ou se isso for de justiça como imagino que possa ser.

Quanto ao Plano de Trânsito, ele fica à disposição da Assembleia Municipal, toda a gente o poderá consultar; só quero é frisar de facto, que se trata de um plano indicativo, não fiquem todas as pessoas alarmadas com as soluções que lá vêm preconizadas; não vão ser todas seguidas, nem todas seguidas de uma vez. São soluções para a Câmara ponderar e ir aplicando à medida daquilo que achar conveniente e necessário.

O mesmo em relação ao Plano que recebemos para a zona entre a ponte de S. João e a Lota, aí digamos que pela minha parte ele poderá ficar à disposição da Assembleia, mas tenho que consultar os meus parceiros, que é ali o Dr. Raúl Martins da APA e o Sr. Reitor. Como sabem há um protocolo assinado entre as três partes para o desenvolvimento daquela área; o estudo prévio já foi apresentado pela equipa responsável do Arq.º Nuno Portas. Eu também acho interessante que a discussão publica se generalize e em especial a Assembleia tome conhecimento do que está a ser projectado para ali. Tal como nós tivemos de facto algumas reservas e colocámos algumas objecções ao excelente trabalho que lá está feito, seguramente outras aparecerão que poderão vir a ser ponderadas. Se o Dr. Raúl Martins não vir inconveniente?”

Vogal Raúl Martins:

“Eu não vejo inconveniente. O que foi combinado entre as partes (já agora para que se entenda), era de que aquilo era um estudo prévio e cada uma das partes indicou aquilo que achava que era necessário acrescentar ao projecto. Logo que venha o projecto de estudos prévios corrigido com base nesses primeiros pareceres, devia ser dado conhecimento público.

Aliás, como o Sr. Presidente sabe, eu sempre fui apologista desde a primeira hora de pôr aquele projecto - que eu acho maravilhoso para aquela zona- à discussão pública; o Sr. Presidente é que não foi dessa opinião.”

Presidente da Câmara:

“É verdade, confirmo isso.

Quanto à ocupações dos novos campos de ténis; com certeza que sim, terá que ser feito um protocolo de utilização com o Clube dos Galitos para que aquilo não fique ao abandono. As passadeiras já foram instaladas algumas, mesmo antes do campeonato: já lá estão duas passadeiras daquelas com lombas amortecedoras. O controle de velocidade, o Sr. vereador está a avaliar se é necessário ou não.

Os semáforos no cruzamento do Beira Mar, é das tais questões que eu também me recuso a aceitar que seja preciso tanto tempo, mas há ali qualquer problema técnico.”

Vereador Eduardo Feio:

“Bem, houve em relação aos semáforos duas questões. Uma primeira que tem a ver com uma avaria técnica que aconteceu: em que uma parte do equipamento queimou mesmo. A outra questão que se verificou logo no princípio, no dia em que eles funcionaram e funcionaram com três ciclos, ou seja, abre três vezes de forma diferente o sinal verde: abre no sentido hospital/praias; abre no sentido Alboi/Pega; e abre também sentido de quem vira do hospital/Pega ou das praias/Alboi. Esta situação em horas de ponta não tem capacidade de escoamento porque o arruamento é reduzido, em termos de perfil. Não há espaço para a viragem à esquerda. A própria PSP que nesses primeiros dias estava a acompanhar o processo, e isso aconteceu num único dia - curiosamente foi numa sexta-feira que é logo um dia de pico de tráfego - viu-se que realmente não haveria capacidade para isso. Há uma solução alternativa, que é pôr aquilo a funcionar com dois ciclos: só haverá verde aberto no sentido hospital/praias; Pega/Alboi e vice-versa, e o corte das viragens à esquerda terão que ser apoiadas nas duas rotundas, pode permitir que funcione bem. Essa é uma das soluções que poderá viabilizar essa situação.

Agora, em relação a essa solução: também não é tão gravosa como parece, porque realmente não há grandes viragens à esquerda naquelas situações. São pequenas viragens, mas basta quando o sinal está aberto, haver uma paragem, havendo uma única viatura - porque nós temos as contagens de trânsito de noventa e oito do estudo de tráfego, e não há ali tantos virar à esquerda como isso, mas basta haver um para haver problemas de tráfego. E o tempo que temos que dar ao sinal verde é complicado. Estamos ainda a equacionar essa situação.”

PONTO N.º 2 - REGULAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E HIGIENE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE AVEIRO - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, na reunião ordinária de 11/06/1999, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo)

Vereador Eduardo Feio:

“Muito rapidamente, até porque o regulamento foi distribuído a todas as bancadas. Gostaria de dar uma breve nota, muito resumida, sobre o objecto e o alcance do regulamento, que essencialmente pretende o quê?

Pretende por um lado actualizar e finalmente regulamentar todo o sistema, e criar o sistema municipal de recolha, tratamento e destino final dos resíduos sólidos e urbanos e de higiene do Município de Aveiro. Como sabem, pode-se ler isso no preâmbulo, nós ainda estamos sujeitos ao código de posturas municipais de setenta e um, no que diz respeito à higiene pública, que na

prática não é aplicado. Pretende também este regulamento incentivar à abolição da produção de RSU, responsabilizar os produtores de resíduos sólidos, promover uma política energética baseada no aproveitamento racional e sustentado dos recursos renováveis, através da redução da própria produção de resíduos e mudar as atitudes e comportamentos cívicos dos munícipes nesta área.

O regulamento tem um história: começou a haver esta preocupação no Executivo Camarário já há bastante tempo; desde noventa e três que houve tentativas de aprovar o regulamento em Câmara anteriores, que não chegaram a bom porto. Este regulamento em si, foi ver a essa experiência anterior, foi ver outros regulamentos municipais e obviamente vai ver à lei geral, essencialmente. Tipifica então assim o que é que são resíduos sólidos; tipifica o que é o sistema municipal para a gestão de resíduos sólidos urbanos: fala da produção, do local, da remoção, da deposição; enquadra também a forma como esses resíduos devem ser depositados nos contentores; dá um conjunto de regras para utilização de todos os sistemas de deposição, sistemas de recolha; enquadra também os mecanismos de recolha ao destino final, quer sejam por parte da Câmara directamente ou através de uma empresa que preste serviço para esta, ou através de empresas privadas que possam vir a prestar esse serviço.

De uma maneira muito rápida é isto que o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene Pública visa, é um regulamento que comanda a maior parte dos municípios portugueses. Neste momento e dado o enquadramento de como estamos a proceder a esta discussão, penso que seria mais interessante passarmos então à fase da discussão. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Eu sugeria que discutíssemos isto desta maneira: deixávamos de fora os anexos (anexo um, Normas Técnicas sobre os Sistemas de Deposição de Resíduos Sólidos em Edificações no Município de Aveiro - NTRS; e o anexo dois, Tabela de tarifas de resíduos sólidos urbanos do Município de Aveiro). Se achassem bem iríamos proceder à discussão na generalidade de todo o Regulamento, deixando de fora os anexos. Permito-me chamar à atenção de V/Ex.as para nas disposições finais - capítulo IX, art.º 64 - critérios da definição da tarifa - que podem ou não ter a ver, ou implicar, com a tabela. Critérios de definição, quase todos serão bons, se calhar, ou talvez não, depois a concretização é que vai ser mais problemática e susceptível de discussão. Em suma, propunha que se fizesse uma discussão na generalidade, ao que se seguirá, se calhar, uma discussão na especialidade, se houver reservas pontuais do regulamento, excluindo os dois anexos (anexo I e anexo II). Se acharem isso bem, dou a palavra a quem a pedir.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu creio que a metodologia estará certa, portanto não há nenhuma implicações na discussão de hoje no que diz respeito às tarifas e a essa problemática toda - é só sobre esta parte regulamentar, estes sessenta e tal artigos que aqui estão.

Eu queria só dizer que de facto muitas vezes olho para documentos e regulamentos portugueses e fico assustado, como facto, para tratar de um assunto são às vezes precisos tantos artigos e tanta complexidade jurídica. Parece-me que uma certa tradição anglo-saxónica reduz isto um bocado: parece que a filosofia é um pouco mais dizer o que é proibido - tudo o resto depois se pode fazer (mais ou menos). Mas eu vejo para aqui estes artigos todos e alguém me dizia há dias “que isto resultava um pouco da tradição romana”. Quer dizer, Roma tinha um Império, havia lá os indivíduos em “cascos de rolha” que era preciso que se portassem bem e então dizia-se rigorosamente o que eles podiam fazer e não sair daí, porque se saíssem daí era asneira e então o melhor era manter assim o povo todo muito bem regulamentado.

Diz-se que nós já não somos colónia romana, mas ainda mantemos essa tradição. E assim temos nós aqui sessenta e sete artigos, e acontece uma coisa curiosa: é que normalmente esta legislação é feita e traz aquilo que o utente tem de fazer, e muitas vezes não põe as

responsabilidades que devem caber ao Estado ou às Instituições. Um exemplo disto é o caso que se pode ver na página dezasseis - em que se diz no art.º 24 «Dejectos de animais domésticos» - e diz e muito bem que «os proprietários ou acompanhantes de animais domésticos devem proceder à limpeza e remoção imediata dos dejectos produzidos por esses animais, nas vias e outros espaços públicos»; eu de facto acho muito bem que isto se faça, e faz-se em muitos locais, mas naturalmente devia estar aqui que a Câmara tinha de ter o compromisso de também colocar recipientes para o depósito dos dejectos que são apanhados. Porque se assim não for, uma pessoa vai apanhando “cocó em cocó” e acaba por levar a “cáca” toda para casa - o que não dá jeito nenhum.

É claro que se deduz que a Câmara vai colocar depois recipientes para que de facto a pessoa ter possibilidade de apanhar os dejectos dos animais e ter um sítio onde os colocar.

Mas eu que não sou nada especialista em aspectos de natureza jurídica, não há dúvida nenhuma que aceito que hajam técnicos que tenham tido o cuidado a escrever isto. Portanto, não me custa aceitar o que aqui está; o que aqui está é capaz de estar bem feito, não é propriamente a minha especialidade, mas fico de facto surpreendido com tantos artigos, tantos cuidados e de facto, este enfermar na maneira de estar em Portugal, que é regulamentar tudo para o utente e a responsabilidade da Instituição não fica lá. Mas enfim, eu deduzo que o bom senso, por exemplo neste caso e noutros, fará com que também da parte da Instituição, que neste caso é a Câmara Municipal de Aveiro, haja os cuidados necessários para isto ser viável.”

Vogal João Maia:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Começo por me regozijar com este novo projecto de regulamento de resíduos sólidos urbanos e higiene pública do Município de Aveiro. Se como se diz na nota justificativa: “a gestão dos resíduos sólidos urbanos, assenta ainda no código de posturas municipais de mil novecentos e setenta e um”, eu aprovo já este. Não vá acontecer o mesmo que aconteceu ao projecto de mil novecentos e noventa e três, que veio a esta Assembleia e foi rejeitado.

Aprovo-o, porque a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos passa necessariamente por ele. No entanto queria manifestar o meu desagrado pelos “Ecopontos”; é uma opinião meramente pessoal. Já pelo contrário sou apologista da implantação dos “Ecocentros”, que inclusivamente já foram estudados para o nosso município, mas que até à data, por pena minha, ainda não foram implementados.

Uma dúvida diz respeito aos resíduos originados nas estações de lavagem dos automóveis: não vi qualquer referência, e já interpretei algumas vezes os técnicos responsáveis sobre o tratamento que se faz, claro que podem ser considerados resíduos sólidos perigosos, mas julgo que devo alertar a Câmara para a especificidade dos resíduos produzidos.

Existe ainda uma situação específica, não sei se inclusivamente o Sr. Vereador já detectou, que é o problema dos entulhos para o futuro transporte para as marinhas: julgo que haverá uma palavra especial para o problema da deposição destes entulhos, em termos de locais autorizados, para depois serem transferidos para as marinhas. E é tudo. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal António Salavessa:

“De facto, a única questão que me leva a intervir nesta matéria, para além de não estar de acordo com considerações que já aqui foram feitas, é no que diz respeito à definição de responsabilidades para com os utentes, sem que haja uma clarificação da contrapartida municipal; para que essas responsabilidades possam ser levadas a bom termo, sendo o exemplo dos dejectos dos animais um exemplo “exemplar”. Aquilo que me parece que existe neste projecto, que poderia perfeitamente ser aceite por todos nós, inclusive pelo PCP, caso não existisse, é a introdução de uma nova taxa no Concelho de Aveiro. Nós podemos estar a dizer

que há que separar a discussão de uma coisa da outra, mas para mim não é possível separá-la, visto que o normativo do regulamento cria essas tarifas e depois os anexos apenas as quantifica. E passando ao lado de todos os outros aspectos regulamentares, que poderão ser muito bons ou poderão ser muito positivos, ou que poderão não ser - já aqui foram colocadas algumas objecções - a questão para nós central é esta: é a questão da criação da nova tarifa para a questão do lixo. E sobre esta questão, pergunto ao Sr. Presidente se posso continuar ou não?"

Presidente da Mesa:

"Eu acho que sim, porque estamos a discutir o articulado, tirando os dois anexos, discussão na generalidade; que é o que estamos a fazer. Depois discussão na especialidade, onde cabe na generalidade com uma apreciação votada, porventura. Na especialidade (se passar na generalidade) terá que propor uma alteração ou supressão do artigo ou dos artigos que introduzem essa taxa.

Será aprovado ou não. Se for, se ficar como está, por hipótese, passamos aos anexos com discussão na generalidade do anexo um e do anexo dois, e discussão na especialidade onde for caso disso. Se tiver passado, far-se-á então uma votação final global do diploma no seu todo."

Vogal António Salavessa:

"Então vou continuar, vamos àquilo que para nós é o essencial da questão.

Primeiro, será que os cidadãos, será que os munícipes deste concelho têm a obrigação de pagar uma taxa ou tarifa, por todo o serviço que é prestado pela Câmara? Quer dizer: uma parte dos nossos impostos que reverte para a Câmara, ou o que é pago da SISA, ou o que é pago da contribuição autárquica, não é para que a Câmara preste determinados serviços? Porque é que tem que ser aplicada uma taxa a tudo? Recusamos esta filosofia de que tudo tem que ser pago! Os impostos têm um destino, e os impostos não são apenas para a sobrevivência da máquina administrativa, são também para a prestação de serviços a cada um de nós, aos cidadãos. Portanto, é uma objecção de princípio.

Depois a segunda objecção tem a ver com aquilo que tem sido a prática, ou seja, os grandes erros de gestão que têm acontecido neste sector da higiene e da salubridade no nosso concelho. Já quando foi da celebração do contrato da prestação de serviços com a SUMA, avisei em nome da CDU para aquilo que se iria passar, que se iria para um agravamento muito grande dos custos. Hoje aquilo que se está aqui a fazer, ou a propor, é fazer a recaída sobre cada um dos cidadãos do concelho, dos resultados desses erros de gestão que provocaram um disparo exponencial dos custos com a área da higiene e da salubridade. Portanto, estão-nos a propor hoje, que por causa do erro da concessão e por causa também da criação do sistema multi-municipal, estão-nos a propor que decidamos que seja cada um dos cidadãos a pagar essa taxa.

Entretanto lembro aquilo que aqui disse na nossa reunião de três de Maio deste ano, a título de exemplo, que em mil novecentos e noventa e cinco o Serviço de Higiene e Limpeza custou cento e noventa e um mil contos; em noventa e oito, ou seja, no ano passado (três anos depois) custou quinhentos e quinze mil contos, ou seja um aumento de cento e sessenta por cento em três anos. E só no ano passado foram pagos à SUMA trezentos e sessenta e nove mil contos, mais do dobro do que custava todo o Serviço de Limpeza, em mil novecentos e noventa e cinco. Portanto, com opções destas é natural que hajam agravamentos; agora não nos parece justo, não nos parece correcto, que esta questão seja colocada nos ombros dos munícipes, quando certamente que a Câmara poderá fazer outras opções de gestão e chegar a outros caminhos.

Mas para além de uma objecção de princípio e de uma objecção porque se está a chegar a esta situação, fundamentalmente devido a erros de gestão - dou de barato que são do mandato anterior, mas que esta Câmara deve atalhar ou encontrar os caminhos para os corrigir; há questões de dúvidas legais, em relação à própria taxa, no que diz respeito ao consumidor doméstico.

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, não é de acordo com o regimento actual, mas de acordo com a lei e com a proposta de regimento que ali se reproduz a lei, tem a responsabilidade de fazer com que as deliberações desta Assembleia estejam conformes com a lei e que não haja aqui a violação da lei.

Ora, há um entendimento de que, uma taxa ou uma tarifa deve corresponder mais ou menos rigorosamente, ao custo do serviço que é prestado. Abrindo-se a excepção, a antiga lei das finanças locais dava como obrigatória que esse valor assim o fosse, a actual lei abre caminho a que não tem que ser assim. Caso o município não queira fazer repercutir a totalidade dos custos, pode não o fazer. Quer dizer: serviço do lixo - paga-se o lixo; electricidade - paga-se a electricidade; consumo da água - paga-se o consumo da água. A formula que é encontrada para o consumo doméstico de indexar ao consumo de água o pagamento da taxa do lixo, afigura-se não como o pagamento do custo de um serviço, mas a aprovação de um “imposto” sobre o consumo da água, para pagar a despesa que existe com o lixo. Ora, ao pagar-se sobre uma coisa para pagar os custos de outra, está-se a cair na área dos impostos e não de taxas ou tarifas. E, como é sabido, não compete a esta Assembleia deliberar sobre a criação de impostos. Este aspecto técnico, quanto a mim, no que diz respeito aos consumidores domésticos, só por si, justifica a inviabilização desta proposta de taxas.

Postos estes considerandos, que partem de uma objecção de fundo às críticas das opções de gestão, até aos aspectos formais, não podemos estar de acordo com este regulamento da forma como ele nos é apresentado.”

Presidente da Mesa:

“Essa problemática que suscita até já tem alguma jurisprudência, porque o Município de Aveiro não é o primeiro que está a introduzir taxas, tarifas, com caris pelo menos discutível. Devo dizer o seguinte: eu em matéria de controlo da legalidade dos debates e das decisões desta Assembleia, “vou para o céu levado nas asas dos anjos” - que são exactamente V/Ex.as. Devo também lembrar, que quem sair vencido nos seus pontos de vista por deliberações desta Assembleia, nomeadamente, impugnando a legalidade ou até a constitucionalidade das decisões, tem recurso jurisdicional. Portanto, não estou muito preocupado com eventuais ilegalidades que possamos cometer, embora esteja atento e sempre que forem suscitadas, me preocuparei com elas.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Salavessa - é uma intervenção teórica geral, tudo o que disse tem a ver com a problemática da diferenciação entre taxas e impostos. É evidente que, quem não pode lançar impostos, mas tem competência para a fixação de taxas, tem às vezes tendência a usar a sua competência e à pala da taxa sair um para-imposto camuflado - não digo que não.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado Sr. Presidente. É exactamente este problema, relacionado com esta taxa, que algures o Sr. Presidente se refere até, como fundamentação para ela, o princípio do poluidor/pagador.

Tenho alguma dúvida porque o primeiro problema que se põe é saber o que é poluição ou não é poluição, quer dizer, poderá haver dúvidas se produtos de actividade orgânica e biodegradáveis, é poluição ou não.

Eu creio que também por outro lado, já em reuniões anteriores e quando se falava de empréstimos da Câmara e outras acções que foram umas vezes até deixadas passar por esta Assembleia, outras vezes até, votando negativamente, houve de alguma forma um certo compromisso de que não haveria aí mais impostos ou taxas que se deveriam de pagar - de alguma forma dizia-se isto; e aparece agora esta.

Voltando ao problema da taxa: do poluidor/pagador. Embora possa haver dúvidas sobre se a actividade humana, parte dela doméstica, será poluidora ou não - admitamos que sim - nestas condições, o princípio da taxa para o poluidor/pagador, é para evitar que se polua. Quer dizer, a taxa aumenta quanto mais se polui. Ora o que é que nós verificamos: é que ao indexar esta taxa à água que se gasta, quer dizer que quanto mais se lava, mais se paga; o que quer dizer que é contrário exactamente a evitar que haja poluição. A não ser que se considere que as pessoas andam a lavar a sua poluição à agulheta e mete tudo à porta da casa; e então, quanto mais gasta então é porque mais lixo tem.

Dá-me ideia que podendo discutir a problemática de poluidor/pagador - se neste caso há poluição ou não há poluição, ou o que é poluição e o que não é poluição - esta indexação, independentemente dos aspectos jurídicos que foram levantados pelo Sr. Salavessa, há aqui um problema de lógica: até que ponto por se utilizar mais água, se deve dizer que a pessoa polui mais? Tenho dito.”

Vogal João Maia:

“Relativamente à tarifa. É evidente que, apenas como um incentivo à redução dos resíduos sólidos urbanos, me leva a aceitar esta tarifa. Será uma lógica dos tempos, quer dizer, cada vez pagamos mais.

Porque de facto, um serviço como este - que sempre foi gratuito, que é um serviço de base municipal, que é necessário o município disponibilizar para os seus munícipes; custa um bocadinho aceitar o seu pagamento. Mas pronto, se realmente a tarifa se impõe, eu julgo que essa tarifa deve ser o mais leve possível, apenas da ordem da tarifa fixa para o consumo doméstico, com o adicional em caso de outro consumidor. No entanto, quero manifestar que sempre me desagradou o tarifário da água; não posso concordar com ele. Este tarifário é lesivo das famílias mais numerosas, e agora, será também mais lesivo dos agregados familiares que trabalham em locais afastados da sua residência. Eu diria mais: se calhar há agregados familiares que não produzem directamente lixos a partir do seu agregado, e porque consomem mais água, vão ter de pagar a tarifa.

Mas ainda relativamente ao tarifário, que eu discordo relativamente às águas, eu chamo à atenção que com as captações da Associação de Municípios do Carvoeiro, o combate ao consumo de água que funciona com o base nesse tarifário, já não é uma questão tão pertinente, apenas se impõe pela poupança, na medida em que é, como sempre, um bem escasso. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Custódio Ramos:

“Como disse o Sr. Eng.º Maia, já em “Câmaras” anteriores houve uma proposta não muito diversa desta, só que continha algumas insuficiências. Houve uma comissão da qual fiz parte, que aprofundou o tema e que, depois com a mudança de Câmara, caducou. Acho que era pertinente este esclarecimento, para que não se pense também que o mérito ou demérito deste texto é a cem por cento da actual Câmara.

O texto está de facto muito melhorado relativamente àquela proposta, mas não vamos neste momento discutir a questão da tarifa, porque não foi isso que foi combinado na proposta de execução do Sr. Presidente da Assembleia - estamos a discutir o ‘texto do regulamento’. E aí, eu discordo de alguns dos intervenientes relativamente à necessidade de existência ou não de um regulamento.

Como se diz aqui no preâmbulo, nós estamos em Aveiro, a reger-nos por uma postura salvo erro de setenta e um; postura essa que não está a ser cumprida; nem pode estar, porque está tão desactualizada, que obviamente, é impraticável - se bem que algumas normas podiam ser praticadas, por exemplo: a questão de colocar o lixo em saquinhos pretos herméticos, etc., podia ser praticável. Só que tem lá uma parte, que diz que quem os vende é a Câmara Municipal

e a Câmara Municipal não vai vender nada disso! Eu não estou a falar de cor, porque aprofundei o tema na altura quando fui da tal comissão, da qual fiz parte aqui há uns anos atrás. Portanto, esta minha intervenção é para porventura ajudar a resolver alguma das dúvidas que suscitem aqui. Aliás eu também as tenho nalguns domínios.

Penso que há necessidade de um regulamento, independentemente de se saber se o munícipe vai ter que pagar alguma coisa. Mas não é disto que estamos a tratar, estamos a tratar de um regulamento que no seu todo implica o pagamento de uma tarifa. Mas o regulamento impõe direitos e deveres aos munícipes, não só aos residentes, mas também aos comerciantes e aos industriais. E, é bom que de facto se actualizem essas normas, que nos obriguemos todos a viver em comunidade, de uma forma útil para todos nós e em termos de qualidade de vida, daí que este regulamento é um passo em frente importante nessa perspectiva.

Portanto, quanto a mim podemos discutir uma ou outra regra do regulamento, alterá-la, mas acho que a necessidade do regulamento está evidente e acho que é indiscutível.

A questão da tarifa, já lá iremos, não vou falar nela agora. Mas falo ainda na questão da cobrança da tarifa, que é saber se um cidadão que porventura entre em choque com os Serviços Municipais e se recuse a pagar a tarifa, saber se ele pode pagar a água, dado que aquilo vai na mesma factura?! Eu posso querer pagar a água, mas recuso-me a pagar a tarifa e vou para tribunal. Aqui o regulamento é omissivo nesta matéria, e o cidadão não está defendido neste domínio.

Outra questão em que eu quero defender o munícipe a cem por cento, é no horário. Impõe-se aqui um horário ao munícipe para ir colocar o lixo no local próprio, mas a Câmara ela própria, sendo a gestora do sistema não assume ela compromissos em matéria de horários; ela não diz se vai recolher ao Domingo, não diz se vai de noite se vai de dia, se deixa dormir a gente?! E eu nisto sou um indivíduo muito exigente. Eu acho que a Câmara, seja esta, seja a que deus haja, nunca se impôs à SUMA, deixou que a SUMA se impusesse aos munícipes. Eles comportam-se como se fossem os donos disto.

De uma vez por todas, temos esta oportunidade, para em sede de regulamento ou porventura mediante um compromisso sério do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de “darmos a César o que é de César”, que é na minha óptica o seguinte: nós queremos um bom serviço prestado à sociedade; temos que o pagar. Aí a minha discordância com o Sr. Salavessa - se queremos um bom serviço temos que o pagar; mas temos que exigir a quem o presta. E eu aqui não falo na SUMA - hoje está a SUMA, amanhã pode não está. A Câmara, ela própria pode assumir a gestão do sistema, e para mim acho que devia assumir. A Câmara, tem de ter poder para mandar calar essa gente, seja que Câmara for. Tem de dar ao munícipes paz e sossego, mas obviamente tem de pagar o serviço que é prestado, e nós que queremos esses serviços temos de contribuir com alguma coisa.”

Vogal Raúl Martins:

“Queria fazer apenas algumas considerações de índole geral a este regulamento. Em primeiro lugar, levantou-se aqui o problema de ser imposto ou taxa, e penso que é óbvio para todas as pessoas que é uma taxa, porque há obviamente um serviço prestado em contrapartida.

Depois outro dos problemas que se levanta é: será que os serviços de retirada dos detritos sólidos devem ou não dar lugar a um pagamento. Quanto a essa matéria penso que é claro que devem dar lugar a um pagamento; e penso que não estaríamos aqui com estes problemas todos, se estivéssemos a pensar apenas, por exemplo, na parte de comércio e da indústria e das outras actividades, que não as tarifas domésticas. Penso que aí também é claro; penso que aqui a dúvida se põe relativamente às tarifas domésticas. E quanto às tarifas domésticas, há que efectivamente - e eu sinto isso - que se tem que pagar, há que criar um mecanismo para que se possa pagar. E das duas uma, ou se mete um fiscal ao pé de cada caixote do lixo a verificar quem é que lá vai pôr o lixo, e por cada saca plástica paga cinco escudos ou dez escudos, ou se

arranja um método de indexação para pagar esses resíduos - ou não se paga. E não é por isso que uma taxa passa a imposto. O problema é que é uma taxa com determinado método de mensuração, que neste caso se está a pensar em que seja um método de mensuração agregado à água; porque de alguma forma a água reflecte os agregados familiares e os agregados familiares por sua vez produzem resíduos e talvez a indexação à água talvez não seja um mau método, isto é, talvez não seja aquele que crie grandes injustiças.

Por outro lado, vi aqui algumas referências de pessoas que desejam ver passado para a Câmara o serviço de limpeza o serviço que neste momento está atribuído para a SUMA; e numa época em que as empresas procuram cada vez mais arranjar fora uma série de serviços que elas próprias produzem pior ou em piores condições, penso que não será de retroceder ao passado. Mas como é óbvio, comungo das preocupações, nomeadamente daquelas que foram emitidas pelo nosso colega Custódio Ramos, de que a Suma começou a ser cada vez mais “um império dentro de um império”. De facto, existe uma arrogância por parte da SUMA e por parte dos seus funcionários, que eu nunca senti - e eu habito numa freguesia dita rural - da parte dos funcionários da Câmara, quando eram estes que executavam esse serviço. Para além disso dá-me a entender que o serviço tem muitas variações durante o ano. Há alturas em que está a correr bem o serviço e as coisas andam mais ou menos limpas e há alturas em que a porcaria assume, nomeadamente na lavagem dos contentores e nas zonas dos contentores, assume as raias daquilo que, enfim, que pode ser imaginável.

Portanto, eu discordo que se regresse ao início, isto é: que seja a Câmara pelos seus meios próprios a proceder a esse serviço, mas como é óbvio terá de se proceder a concursos públicos o mais depressa possível (é verificar quando é que acabam essas concessões) e ter regras, para que essa adjudicação seja feita de forma tão apertada ou o mais apertada possível, no sentido de proteger os interesses do cidadão de ruídos, de arrogância, e da própria limpeza, quando ela é mal feita. Obviamente que, uma adjudicação deste tipo deverá ter incluída no seu clausulado coimas à empresa adjudicatária, no sentido de que sempre que isso aconteça, a Câmara lhe possa atribuir coimas. Porque de facto, quando entraram, entraram de leão, neste momento estamos na fase do sandeiro. Por exemplo, na minha zona os contentores quem os tem de arrumar são transeuntes, porque eles deixam os contentores onde calha, cheiram mal, não são lavados, etc., etc.. Portanto, há que pôr rédea curta no fornecedor do serviço.”

Entretanto saiu da sala o vogal Jorge Carvalho Arroiteia.

Vogal Henrique Diz:

“Eu primeiro, gostava de subscrever inteiramente a última parte da intervenção do Raúl Martins, no que diz respeito às obrigações da sociedade que tem a concessão da recolha dos resíduos sólidos e urbanos.

E gostava também, se o Sr. Deputado Custódio Ramos me permitisse, de subscrever as suas declarações sobre os direitos dos consumidores.

A Administração Pública é uma coisa curiosíssima: há uns anos atrás, nós pagávamos impostos, e havia umas pessoas que nos faziam o favor de nos prestar alguns serviços. Depois os consumidores começaram a ser alertados para os seus direitos, começaram a organizar-se, e a administração pública então viu-se na necessidade de nos prestar serviços - não nos fazer o favor dos nos prestar serviços, mas prestar serviços. E não esteve com meias medidas, para prestar esses serviços, isso custa mais dinheiro. Portanto, se o serviço é melhor tem que se pagar mais por isso. Quer dizer, em vez de como teria acontecido no mercado normal, a Administração Pública se ter organizado no sentido de corrigir as suas ineficiências, sobrecarrega-nos com mais impostos, sobre que forma for. Chamem-lhe o nome que quiserem, deixo isso ao cuidado dos juristas, a verdade é que neste momento para termos um serviço a que eu me julgo com direito e a que me julgava com direito há dez anos, neste momento dizem-me:

não. Se o senhor quer esse serviço, tem que pagar mais! O senhor quer viver bem, que viver num bom ambiente, tem que pagar mais por isso! E eu pergunto: para onde vai a quantidade de impostos que todos nós pagamos? E eu pergunto: que esforço de organização está a ser feito no seio da Administração Pública? Aliás deve ser o esforço que está a ser feito, quando aprovámos nesta Assembleia o último quadro de pessoal; deve ser esse, certamente.

De maneira que, meus senhores, se o princípio do poluidor/pagador deve ser aplicado, deve ser aplicado no sentido de garantir que nós poluímos menos.

Tal como o preço da água, deve ser aplicado no sentido de nós consumirmos menos água, para pouparmos um bem que é escasso. Mas ao fazermos isso - que é um princípio justo - devemos poluir menos, devemos gastar menos água, devemos fazer menos ruído; ao fazermos isto, então por favor, vão retirar aos impostos essas verbas. A Câmara não recebe dinheiro dos impostos que eu pago? O que é que faz com ele? Faz lagos?!...”

Vogal João Pedro Dias:

“Sr. Presidente, muito rapidamente, até porque começo a ter a percepção ou a ter algumas dúvidas, sobre a capacidade neste momento deste colectivo para estar a debater estas coisas, mas com aquela réstia de lucidez que ainda penso que vai sobrando, três ou quatro notas muito breves.

A primeira, talvez para dizer que seria mais fácil, que seria mais cómodo, ou seria mais simpático vir aqui criticar mais um regulamento, mais uma taxa, mais um custo, mais um acréscimo de sacrifício ao cidadão - era mais fácil, era mais cómodo, talvez não fosse seguramente mais sério.

É evidente que este regulamento e por isso tenho como de resto o meu colega de bancada - Eng.º João Maia, já o fez, cumprimentar e saudar a Câmara, por ter tido a coragem de apresentar este documento, como é evidente. Embora pense, Sr. Presidente da Câmara, que V.Ex.a cometeu um erro estratégico. E esse erro estratégico consistiu em associar duas coisas que salvo melhor opinião não têm que ser associadas e que pervertem a discussão: que é o regulamento e que é o montante respectivo (a taxa). Porque são coisas diferentes e eu não tenho dúvidas que em abstracto e em tese, se faria uma discussão muito mais liberta e muito mais isenta, do que tendo ao lado, ou tendo algumas folhas a seguir com o montante concreto da proposta que a Câmara apresenta. Penso que isso foi, desculpe que lhe diga, um erro estratégico.

Quanto à questão do imposto ou da taxa, salvo melhor opinião, parece-me que é claramente uma taxa - é a contrapartida de um serviço que é prestado; é o princípio da consignação que no caso dos impostos não existe e que aqui está claramente consignado; e com o devido respeito, também parece que há uma falha que está a ser cometida: estamos a desviar o diálogo, estamos a confundir duas coisas; uma é a existência da taxa, outra é a forma de apurar o seu valor, o seu quantitativo. E nós temos tido nesta Assembleia, curiosamente, situações um pouco paradoxais. Todos estamos lembrados, ainda na última reunião que tivemos em S.^{ta} Joana, uma vez mais fomos brindados, com uma intervenção a propósito das ligações dos ramais do saneamento em que o custo é um custo fixo; aqui d’el rei, porque todas as injustiças que daí advêm - e algumas com razão! Mas isto só prova que de certa forma, quando se pretende concretizar um princípio geral, pode-se ser preso por se ter o cão ou preso por não se ter o cão. Criticado porque o montante é um montante fixo; mas também se é um montante variável, mas é variável em função de quê? Tem que ser variável em função de qualquer coisa, tem que ser indexado a qualquer coisa. O critério seguido, com o devido respeito, não me parece nem bom nem mau, antes pelo contrário, quer dizer, é um critério. Outro poderia ser seguido, não me parece que mereça qualquer especial comentário, algum tem que ser seguido - o Executivo apresenta-nos este critério.

Finalmente, em relação à questão que já aqui ouvi algumas vezes referida: o princípio do poluidor/pagador; eu confesso que se recordam algumas coisas lidas sobre isso, eu não recordo

muito que o princípio do poluidor/pagador, seja feito para que as pessoas poluam menos. Eu acho que o princípio do poluidor pagador, é feito para que os custos da poluição incidam sobre quem faz a poluição; porque há outros e para evitar outros índices de produção de actividades poluentes, há outras normas e há outros princípios a que se pode recorrer. Aquilo que se chegou à conclusão é que era extremamente injusto, sendo alguns a poluir, fossem todos a suportar os custos. E portanto, o princípio do poluidor/pagador também ele indexa o pagamento, de facto, a quem produz o dano ambiental.

Eram basicamente estas considerações, também para não demorar muito mais tempo, reiterando a minha apreciação inicial de que algumas dúvidas sobre já neste momento o discernimento desta Assembleia - já um pouco adormecida, para um assunto que apesar de tudo tem a sua importância.”

Entretanto saiu da sala o vogal Henrique Manuel Morais Diz.

Presidente da Câmara:

“Muito rapidamente, Sr. Presidente. Nós somos de facto a geração da modernidade e também a geração do lixo - somos a geração que mais lixo produz e seguramente nos últimos dez, vinte anos, os índices de produção de lixo aumentaram exponencialmente.

Também parece que ninguém duvida que a qualidade da prestação do serviço público da recolha do lixo melhorou muito quando passámos para a SUMA, embora com as queixas e eu também subscrevo as palavras que disse o Sr. Custódio Ramos; a qualidade em geral melhorou muito, há situações de pormenor que têm que ser afinadas e estamos atentos a isso e também aos aspectos financeiros da concessão existente.

Em todo o caso é um custo que o município tem que suportar e que me parece ser justo fazer repercutir de uma forma que é, não muito significativa, sendo certo que as finanças, o tal dinheiro que vem dos impostos e que vem das finanças municipais, não é suficiente para acudir a todas as frentes em que temos que aplicar esses fundos. Houve aí de facto uma confusão que já foi esclarecida a propósito de recorrermos ao índice da água; é evidente que não vamos penalizar quem se lava mais, o índice de água serve, porque indicia a capitação do lixo, ou seja, indicia que naquela casa há mais pessoas, porque usam mais água e portanto, se há mais pessoas geram mais lixo. É um índice, como aqui foi frisado, entre outros. Este tem além disso a grande vantagem do ponto de vista administrativo ser a custo zero. Quer dizer, consegue-se cobrar o preço, a taxa, a um custo zero se ele for indexado ao consumo da água. E chamo à atenção para que não há só correlação através da água; no caso dos não domésticos, como viram aí pelas tabelas que aparecem, é em função da área, o que é mais justo - e há outras situações, que aliás aparecem discriminadas. Eu queria em todo o caso frisar, ainda a respeito disto da taxa, não foi um erro estratégico, nós por acaso pensámos nisso e como achámos que era uma questão sensível, não valia a pena estarmos a escondê-la à Assembleia. A Assembleia vai discuti-la, porque estamos tão convencidos que isto é útil, é necessário e não é excessivamente gravoso; o contrário é que era, quer dizer, trazermos só aqui o regulamento para depois à socapa irmos aplicar uma taxa e sermos acusados de aqui não ter escrito a taxa, não valia a pena. Estamos tão convencidos da bondade desta taxa, que nos parece muito razoável abrir o jogo todo desde já, e trazê-la aqui a esta Assembleia. Estamos a falar do equivalente a três cafés, para um agregado familiar médio, por mês; ou seja estamos a falar de um valor que é seguramente suportável pelas famílias.

Se nós não tivermos regulamento nenhum e não instituímos estas taxas, o que acontece é que os grandes produtores de resíduos, que tinham já a obrigação de suportar a remoção, a deposição e o transporte a destino final dos seus resíduos, vão continuar a beneficiar da situação.

Por um lado o que vamos exigir aos domésticos não é excessivo, é razoável; por outro lado, não o fazendo e não aprovando o regulamento deixamos toda esta situação de horários para carga

de deposições, recolhidas, tudo isto fica mais uma vez na indefinição e seria bom que este tipo de situação acabasse. Julgo que para a qualidade de vida que vamos acrescentar aos aveirenses, o esforço que está a ser pedido, é francamente diminuto.”

Entretanto saiu da sala o vogal Joaquim António Gaspar Melo Albino.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação, na generalidade, o Regulamento de Resíduos Sólidos e Higiene Pública do Município de Aveiro sem os anexos I e II, sendo o mesmo aprovado por maioria com dezasseis votos a favor (10Ps+5PP+1PSD), cinco abstenções (5PSD) e um voto contra (1PCP).

Seguiu-se a declaração de voto do Vogal:

Vogal António Salavessa:

“Votei contra, na generalidade, este documento, apenas pela razão de no articulado se encontrar definido o princípio do pagamento da taxa do lixo por parte dos consumidores domésticos. Apenas por essa razão.”

Continuando, dado o adiantado da hora e depois de ter ouvido os líderes de bancada dos partidos com assento na Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais a próxima reunião da presente Sessão para o dia 20 de Julho de 1999 (terça-feira), pelas 21:00 horas.

Eram 01:30 horas do dia 17 de Julho.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.